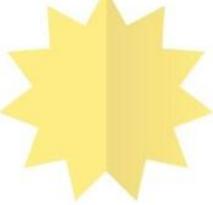




Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE



UM LAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Uma Investigação Sobre Casa Lar

JULLY GOMES RIBEIRO

ORIENTADORA: PROF. DRA. LÚCIA LEITÃO

RECIFE, 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO DE ARTES E
COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO-
MDU

Jully Gomes Ribeiro

Um *Lar* para Crianças e Adolescentes em Vulnerabilidade Social:
Uma Investigação Sobre Casa *Lar*

Recife
2020

Jully Gomes Ribeiro

**Um *Lar* para Crianças e Adolescentes em Vulnerabilidade Social: Uma
Investigação Sobre Casa *Lar***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para obtenção do título de mestre em desenvolvimento urbano.

Área de concentração: Arquitetura

Orientadora: Professora Doutora Lúcia Leitão

Recife
2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Nathália Sena, CRB-4/1719

R484I

Ribeiro, Jully Gomes

Um *Lar* para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: uma investigação sobre *Casa Lar* / Jully Gomes Ribeiro. – Recife, 2020.
130f.: il.

Orientadora: Lúcia Leitão.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências e apêndices.

1. Casa Lar. 2. Casa. 3. Lar. 4. Apropriação. 5. Filiação. I. Leitão, Lúcia (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-18)

Jully Gomes Ribeiro

**Um *Lar* para Crianças e Adolescentes em Vulnerabilidade Social:
Uma Investigação Sobre Casa *Lar***

Dissertação apresentada ao programa
de Pós-graduação em Desenvolvimento
Urbano da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito final para
obtenção do título de mestre em
desenvolvimento urbano.

Aprovada em: 29/10/2020

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Lúcia Leitão Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Julieta Maria de Vasconcelos Leite. (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Heliane de Almeida Lins Leitão (Examinadora externa)
Universidade Federal de Alagoas

Para todas as crianças e adolescentes que contribuíram imensamente para o meu crescimento profissional e, sobretudo, pessoal.

AGRADECIMENTOS

A vivência do mestrado foi algo singular em minha vida. E para que essa trajetória fosse construída e finalizada pessoas indispensáveis se fizeram presentes.

Agradeço à Deus, por tudo. Por toda força e fé, além de me manter saudável e forte em meio a tantas coisas que aconteceram durante esse período. E por colocar pessoas tão incríveis em minha vida e trajetória acadêmica.

Agradeço à minha doce mãe, Ana Cláudia, que com todo seu amor me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos e por me apoiar incondicionalmente em todas as minhas escolhas.

Ao meu admirável pai, Antônio, que é meu espelho de força, determinação e garra. Com o senhor aprendi que não há limites para nossas conquistas.

À minha irmã e melhor amiga, Lívia, por todo companheirismo, paciência e por sempre me lembrar que sou muito mais capaz do que posso imaginar.

Ao meu noivo, Rodolfo, agradeço por toda ajuda, carinho e incentivo incondicional, por sempre me acolher durante os momentos de turbulência e tensão no decorrer dessa caminhada.

Às minhas tias Rosa, Cristina e à minha prima Clara por me oferecerem um *lar* durante esse processo e por sempre se preocuparem comigo e se fazerem presentes em minha vida.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Lúcia Leitão, pela qual possuo grande admiração e respeito. Por todos os conselhos, conversas, paciência e compreensão. Sua postura e profissionalismo enquanto orientadora me proporcionaram grande estímulo para finalizar essa dissertação. Serei eternamente grata!

À minha examinadora externa, Heliane Leitão, pela sua completa disponibilidade para me auxiliar no percurso e principalmente na área da psicologia, a qual não possuo domínio.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo suporte financeiro recebido, o qual sem dúvidas se faz indispensável na trajetória de todo pesquisador.

Às amigas que o MDU-UFPE me deu, Bruna Matos, Ana Carolina Barros, Caroline Ferreira e Roberta Maia, as quais dividiram as angústias, incertezas e conquistas dessa trajetória comigo.

E a todos os meus amigos e familiares, em especial minha avó Juracy e minha bisavó Dudu, por acreditarem em mim e por tornarem essa trajetória mais leve.

Serei eternamente grata a todos!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar como o ambiente das Casas *Lares* pode refletir ou influenciar o processo de apropriação e afetividade das crianças e adolescentes com o espaço habitado, a fim de possibilitar um suporte físico e emocional advindos de um *lar*. Para atingir o objetivo principal da pesquisa fez-se necessário o desenvolvimento do significado dos termos *casa* e *lar*, bem como a identificação das normas e diretrizes relacionadas as Casas *Lares* e seus devidos cumprimentos. A construção e análise dos dados ocorreram de forma qualitativa e quantitativa, a partir da análise de aspectos físicos e subjetivos das instituições e de seus usuários, seguindo as diretrizes do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* e aspectos baseados nas obras de Rybczynski (1986) e de Fisher (1990). O tema possui uma forte repercussão social, para além de ser um trabalho de interesse acadêmico, possui relevância no sentido de se pensar esses espaços e sua relação com as crianças e adolescentes, levando-os em consideração.

Palavras-chaves: Casa Lar. Casa. Lar. Apropriação. Filiação.

ABSTRACT

This research aims to assess how the environment of *Casas Lares* can reflect or influence the process of appropriation and affectivity of children and adolescents with the inhabited space, in order to provide physical and emotional support from a *home*. In order to achieve the main objective of the research, it was necessary to develop the meaning of the terms *house* and *home*, as well as the identification of the norms and guidelines related to the *Casas Lares* and their due compliance. The construction and analysis of the data occurred in a qualitative and quantitative way, from the analysis of physical and subjective aspects of the institutions and their users, following the guidelines of the manual of Technical Guidelines for the Reception service for child and teenager and aspects based on the works of Rybczynski (1986) and Fisher (1990). The theme has a strong social impact, in addition to being a work of academic interest, it has relevance in the sense of thinking about these spaces and their relationship with children and adolescents, taking them into consideration.

Keywords: Casa Lar. House. Home. Appropriation. Affiliation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Criança sendo colocada na rosa para enjeitados.....	21
Figura 2 – Localização da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i> , Igarassu, Pernambuco	66
Figura 3 – <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i> , unidade Igarassu, Pernambuco.....	67
Figura 4 – Organofluxograma da Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas.....	70
Figura 5 – Planta esquemática da Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas.....	70
Figura 6 – Legenda da planta esquemática da Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas.....	71
Figura 7 – a) Área livre na parte da frente da Casa Lar SEMAS e varanda; b) Área livre na lateral da Casa Lar SEMAS.....	71
Figura 8 – Varanda da Casa Lar SEMAS	72
Figura 9 – Área de serviço da Casa Lar SEMAS	73
Figura 10 – Sala de TV Casa Lar SEMAS.....	74
Figura 11 – a) Sala de estar Casa Lar SEMAS; b) Sala de jantar Casa Lar SEMAS.....	74
Figura 12 – Cozinha da Casa Lar SEMAS.....	75
Figura 13– Sala da equipe técnica da Casa Lar SEMAS.....	76
Figura 14 – Quarto para as educadoras da Casa Lar SEMAS.....	76
Figura 15 – Quarto das meninas da Casa Lar SEMAS	77
Figura 16 – Quarto dos meninos da Casa Lar SEMAS.....	78
Figura 17 – Mesa de estudos em desuso da Casa Lar SEMAS.....	79
Figura 18 – Vista da avenida em frente a Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas	80
Figura 19 – Desenho da Maria.....	82
Figura 20 – Desenho do João.....	84
Figura 21 – Desenho da Ana.....	85
Figura 22 – Desenho do José.....	86

Figura 23 – Desenho da Júlia.....	87
Figura 24 – Desenho do Pedro	88
Figura 25 – Desenho do Paulo.....	89
Figura 26– Entorno <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	91
Figura 27 – Fachada do prédio administrativo da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	91
Figura 28 – Fachada principal da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	92
Figura 29 – Fachada do acesso privativo da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	92
Figura 30 – Organofluxograma da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i> , Igarassu, Pernambuco.....	93
Figura 31 – a) Planta esquemática do térreo de uma <i>Casa Lar da Aldeias</i> ; b) Planta esquemática do pavimento superior de uma <i>Casa Lar da Aldeias</i>	94
Figura 32 – Legenda das plantas esquemáticas da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i> , Igarassu, Pernambuco.....	94
Figura 33 – Fachada dos fundos das <i>Casas Lares da Aldeias</i>	95
Figura 34 – Área livre na fachada destinada ao acesso do setor técnico/social da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	96
Figura 35 – Setor técnico da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	96
Figura 36 – Ateliês da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	97
Figura 37 – Cobogós e treliças metálicas na <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	98
Figura 38 – Área de lazer da <i>Aldeias Infantis SOS Brasil</i>	99
Figura 39 – Desenho 1 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	102
Figura 40 – Desenho 2 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	103
Figura 41 – Desenho 3 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	103
Figura 42 – Desenho 4 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	104
Figura 43 – Desenho 5 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	105
Figura 44 – Desenho 6 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	106
Figura 45 – Desenho 7 da <i>Aldeias Infantins SOS Brasil</i>	107

Figura 46 – Desenho 8 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*..... 108

Figura 47 – Desenho 9 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*..... 108

LISTA DE SIGLAS

DISOC	Departamento de Política Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONG-	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
SAC	Superintendência de Atendimento ao Cidadão
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SNA	Sistema Nacional de Acolhimento
SOS	Socorro
SPDCA	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O SURGIMENTO DAS CASAS DE ACOLHIMENTO NO BRASIL	20
2.1	CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO	24
2.2	ABRIGOS INSTITUCIONAIS	31
2.3	A IDEIA DE CASA LAR.....	37
2.4	A IDEIA DE FILIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	42
3	ENTRE A CASA E O LAR	48
4	REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA PESQUISA DE CAMPO	54
5	PROPOSTA DA PESQUISA	58
5.1	OBJETIVOS.....	58
5.1.1	Objetivo Geral	58
5.1.2	Objetivos Específicos	58
5.2	DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	59
5.2.1	Procedimentos Metodológicos	60
5.3	ESTUDO DE CASOS.....	63
5.3.1	Casa Lar SEMAS	63
5.3.2	Aldeias Infantis SOS Brasil	65
6	DADOS DE CAMPO: AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS CASAS	69
6.1	CASA LAR SEMAS.....	69
6.1.1	Análise Física Espacial	69
6.1.2	A Produção dos Desenhos	81
6.2	ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL.....	90
6.2.1	Análise Física Espacial	92
6.2.2	A Produção dos Desenhos	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	120
	APÊNDICE B - NOTAS DA PESQUISADORA	124

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta dissertação se deu a partir de questões pessoais da autora, as quais se manifestaram desde o período da sua graduação, no ano de 2016. A partir de então se iniciou o estudo acerca das instituições voltadas ao serviço de acolhimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Entretanto nesse período foram avaliados, exclusivamente, os aspectos físicos desse tipo de instituição, além de que as instituições analisadas não faziam parte do segmento intitulado *Casa Lar*, o qual será o objeto de estudo desta pesquisa.

Desde então a autora passou a se questionar como esses espaços-*Casas Lares*- poderiam influenciar no processo de filiação e apropriação por parte de seus usuários. A partir disso se observou a relevância de uma investigação que abordasse a relação entre esses usuários (crianças e adolescentes) com o espaço em que vivem, visto que a maioria dos estudos, na área da arquitetura e urbanismo, relacionados ao tema, abordam apenas os aspectos físicos desse tipo de instituição.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que o sistema de acolhimento no Brasil é majoritariamente institucional (80,4%), no qual apenas uma pequena parcela das crianças e adolescentes em situação de acolhimento encontra-se no acolhimento familiar (19,6%). Ou seja, o abrigo institucional é sem dúvidas o local predominante para o acolhimento das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no Brasil. Isto reitera a necessidade de que haja mais estudos a respeito dessa temática.

Além disso, o Estatuto da Criança e Adolescente¹(ECA) diz que essas instituições devem funcionar como medida de proteção, possuindo “caráter provisório e excepcional”. De maneira que a permanência no programa de acolhimento não deve se prolongar por mais de dois anos. Porém, de acordo com pesquisa do IPEA, verifica-se que esse tempo de delonga, pode chegar a dez anos, ou seja, o abrigo perde seu caráter de brevidade e torna-se o local onde essas crianças e adolescentes irão permanecer por um longo período de tempo. Desse modo, faz-se necessário repensar acerca do suporte físico e emocional oferecido por essas instituições.

¹ No decorrer do trabalho ao fazer menção ao Estatuto da Criança e Adolescente será utilizado o termo ECA.

Assim sendo o objetivo deste trabalho é avaliar como o ambiente das Casas *Lares* pode refletir ou influenciar o processo de apropriação e efetividade das crianças e adolescentes com o espaço habitado, a fim de possibilitar um suporte físico e emocional advindos de um *lar* - ou o mais próximo disso.

Isso será investigado a partir da prática exercida nas Casas *Lares* e como seu espaço físico pode influenciar seus usuários. O que se faz necessário para uma melhor compreensão do fenômeno de acolhimento institucional na atualidade. Essa lacuna, que diz respeito à investigação da relação das crianças e adolescentes com o espaço habitado, precisa ser explorada para possibilitar uma melhor compreensão crítica acerca do tema, o qual possui uma grande interdisciplinaridade, uma vez que envolve aspectos arquitetônicos, psicológicos, sociológicos, históricos, dentre outros, o que o torna bastante desafiador.

A fim de contribuir para alcançar o objetivo da pesquisa pretendeu-se identificar o cumprimento das normas e as diretrizes, relacionadas aos aspectos físicos que regem as Casas *Lares*, bem como sua efetividade; as dimensões espaciais e as adequações da casa de modo a observar se estão compatíveis com as necessidades das crianças e adolescentes que ali residem; e até que ponto o cumprimento das normas e diretrizes auxilia nas necessidades subjetivas das crianças e adolescentes com relação ao lugar em que vivem.

Para isso desenvolveu-se um referencial teórico acerca do tema, bem como uma avaliação dos aspectos físicos das instituições analisadas, além da avaliação dos aspectos subjetivos das mesmas, para posterior interpretação e análise.

O presente trabalho é composto por quatro capítulos teóricos e um capítulo empírico. O primeiro capítulo trata do surgimento das Casas de Acolhimento no Brasil e do seu processo de desenvolvimento até os dias atuais. Expõe a noção de vulnerabilidade social e sua relação com as crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Além disso, ele apresenta as diretrizes e normas que regem esse tipo de instituição, além de tratar sobre conceitos como filiação e apropriação do espaço.

O segundo capítulo versa sobre o significado de *casa* e *lar* e sua relação com quem o habita. O vocábulo *casa* no presente trabalho será tratado a partir da sua dimensão afetiva, envolvendo não apenas as questões físicas, mas também as subjetivas do espaço habitado, não o diferenciando do termo *lar*. Desse modo, quando forem mencionados no decorrer da pesquisa deverão ser entendidos como sinônimos.

O terceiro capítulo trata a respeito das referências teóricas, baseadas nas obras de Fischer (1990) e Rybcynsk (1986), as quais serão utilizadas na análise das *Casas Lares*. O primeiro traz conceitos sobre: *densidade* e *amontoamento*; *ruído*; *impacto do espaço organizado*. Já obra “Casa: Pequena história de uma idéia” (RYBCYNSK, 1986) trata da: *intimidade e privacidade; luz e ar; conforto e bem estar*.

O quarto capítulo traz o objetivo principal da pesquisa e seus objetivos específicos. Além disso, mostra o delineamento metodológico, expondo os procedimentos e técnicas utilizados para obtenção e análise dos dados coletados, bem como apresenta as instituições que foram objeto de estudo da pesquisa.

O quinto e último capítulo diz respeito à análise dos dados coletados. A análise contida nesse capítulo foi dividida em duas etapas:

1) Análise física espacial dos espaços de acolhimento, o que envolve o cumprimento das diretrizes do Manual de Orientações Técnicas e do Estatuto da Criança e Adolescente. Além de uma análise segundo pontos baseados na obra de Fischer (1990) e Rybcynsk (1986).

2) Análise a respeito dos aspectos subjetivos foi realizada baseada na produção, descrição e análise dos desenhos pelas crianças e adolescentes acolhidas, centrada na criança e na sua produção.

Nas considerações finais apresentaram-se os resultados obtidos a partir da investigação realizada, com suas respectivas conclusões. Além de apontar lacunas nesse tipo de instituição que ainda necessitam ser

preenchidas. Deve-se atentar que foram necessárias algumas adaptações decorrentes da pandemia mundial do COVID-19.

2º SURGIMENTO
DAS CASAS DE
ACOLHIMENTO NO
BRASIL

2 O SURGIMENTO DAS CASAS DE ACOLHIMENTO NO BRASIL

A história da internação de crianças e adolescentes em instituições asilares, como eram intituladas as instituições de acolhimento no Brasil, perdura por um longo período de tempo. Durante os séculos XIX e XX o destino das crianças pobres ou pertencentes a famílias que não tivessem condições de criar seus filhos era certo: elas eram encaminhadas para instituições destinadas a órfãos ou crianças abandonadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Historicamente as crianças pobres foram alvos de atuação do poder da Igreja e do Estado.

A história dos abrigos teve início com as crianças indígenas, no período colonial, quando o Brasil era politicamente e economicamente dependente de Portugal. Nessa época, as crianças e jovens indígenas eram encaminhadas para as casas de recolhimento ou casas para meninos e meninas indígenas. Essas casas eram geridas por padres jesuítas, os quais tinham por objetivo batizar e incorporar as crianças ao trabalho, essas instituições destinavam-se a receber todas as crianças e jovens consideradas “perigosas”, o termo referia-se a todas as crianças: carentes, abandonadas, infratoras, deficientes, doentes, ociosas, perambulantes ou que apresentassem conduta antissocial (ARANTES, 2004).

Durante o período colonial as relações sexuais de senhores de engenho com escravas ou índias era uma prática comum, apesar de possuir caráter libidinoso, delas nasciam filhos “ilegítimos”, o que ia contra “a moral do casamento”. As crianças nascidas do adultério eram abandonadas, salvo raras exceções. Esse cenário de ilegitimidade familiar e a pobreza constituíam os principais motivos de abandonos de crianças na época (BERGER, 2005).

Em seguida, surgiu a política escravocrata, a qual acreditava que não era rentável economicamente criar crianças para tornarem-se escravas, pois a criação de uma criança tinha o custo maior do que a importação de um escravo adulto, pois este com um ano de trabalho já pagava o preço pelo qual ele foi adquirido, já a criança demoraria muitos anos para dar retorno financeiro aos senhores de engenho (FALEIROS, 2004). Assim, essas crianças escravas

também eram abandonadas, o que acarretou em um grande índice de mortalidade infantil, na época.

Em 1726, tinha-se o interesse de proteger a honra de particulares, escondendo a ilegitimidade do abandono com um véu assistencialista e religioso. Dessa maneira, para atender à internação das crianças foi implantado o primeiro sistema de “Roda para Enjeitados²” (figura 1) no Brasil, o qual foi instalado na parede da Santa Casa em Salvador, em seguida, no ano de 1738 no Rio de Janeiro, em 1825 em São Paulo e em 1831 em Minas Gerais. Esse sistema foi criado em 1788, em Marselha, na França, e só foi extinto nos anos cinquenta do século XX (ARANTES, 2004). A roda era um cilindro de madeira, no qual as crianças eram colocadas do lado de fora para que fossem recolhidas, sem que a identidade de quem as abandonasse fosse revelada.

Figura 1- Criança sendo colocada na roda para enjeitados



Fonte: Franco, 2010.

Essa prática rudimentar foi adotada com o intuito de conter o abandono de crianças nas ruas. Foi então que surgiu a instituição intitulada de “Casa de Expostos”. Cabia às Câmaras Municipais o zelo pelos abandonados, o que permitia a cobrança de impostos perante a sociedade. Com a Independência

² No ano de 2007, em hospitais situados na Itália, Alemanha, Áustria e Suíça instalou-se uma versão moderna da “roda para enjeitados”, com o mesmo intuito, o de receber crianças abandonadas. No lugar do cilindro de madeira o bebê é colocado em um berço, sem que a identidade de quem o abandonou seja revelada. O berço é aquecido e possui sensores e câmeras que indicam quando há presença de uma criança, a qual é rapidamente recolhida (BUCHALLA, 2007).

do Brasil, de acordo com um decreto imperial, realizado em 1854, torna-se uma questão de ordem pública a criação de políticas públicas para as crianças e adolescentes. Já a Proclamação da República, em 1889, não trouxe mudanças no conteúdo dessas instituições, o que ocorreu foi uma expansão delas por particulares com subsídios públicos, decorrente do rompimento das relações entre a Igreja e o Estado (BERGER, 2005).

Diante do contexto político social da época a questão da ordem aliou-se à questão da higiene, o que fez surgir, no final do século XIX, a preocupação, por parte dos médicos, com a mortalidade infantil, amamentação, com inspeção nas escolas, e no que dizia respeito às questões de salubridade. A partir disso, surgiu a ideia de criar a creche para substituir a “Roda”, com suporte na política médico higienista adotada na época. Sendo assim, em 1903, no Rio de Janeiro-RJ, foi fundada a “Escola Correcional 15 de Novembro”, a qual deveria ter como prioridade a ordem social, que seria aplicada através da correção de maus comportamentos, com medidas correcionais. Surgiram ainda as casas-orfanatos preparatórias para o trabalho. Em 1924 foi criado o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e Abrigo de Menores (BERGER, 2005).

Segundo Berger (2005) em 1927, foi criado o primeiro “Código de Menores”, o qual cuidava das questões de higiene e da delinquência, a partir do qual os menores eram classificados como abandonados ou delinquentes. Já em 1964, foi elaborada a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) a qual foi estabelecida pela Lei 4.513, que foi posta em prática pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) com objetivo de gerar uma política nacional de bem estar para as crianças e adolescentes.

A década de 1980 caracterizou-se pela abertura democrática do país e em 1986 foi fundada a Comissão Nacional Criança e Constituinte, além da alteração da FUNABEM, que saiu da Previdência Social e passou para o Ministério do Interior, responsável pelas áreas sociais e de desenvolvimento. Até que em 1988, a nova Constituição Federal, intitulada “Constituição Cidadã”, que contempla em seus artigos a proteção integral às crianças e adolescentes, além de agregar políticas de assistência, previdência social e saúde.

De acordo com Arantes (2004) “[...] a ideia de que lugar de criança pobre é em algum tipo de instituição [...]” foi alinhada ao enviarem as mesmas para “Abrigos”, “Casas”, “Lares”, “Orfanatos”, “Recolhimentos”, “Colônias”, “Aldeias”, “Presídios” e “Internatos”, pois isso acontece não somente como uma maneira de prestar algum tipo de assistência, mas também para retirá-las da rua e para separá-las dos supostos maus hábitos das suas famílias.

De acordo com Pilotti e Rizzini (1995 apud RIZZINI; RIZZINI, 2004) até o final da década de 1980, as instituições fechadas, nas quais as crianças e jovens eram internos, recebiam a denominação de “orfanatos” ou “internatos de menores”, dentre os quais a maioria dos internos possuía família, o que não deveria ocorrer, pois o abrigamento teria de ser adotado como o “último recurso”, ou seja, apenas quando as crianças não possuíssem nenhum parente. Até que em 1990:

Diante desse legado insidioso, o sistema de abrigamento como política de garantias chega à era ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) com responsabilidade nunca tão histórica de fazer do abrigo um porto seguro com provisoriadade que lhe cabe, um posto de transição entre um direito negado – o da criança viver plenamente o presente do seu presente – e a continuidade cidadão dos seus cálculos de vida, sem os sobressaltos que comprometam, desde logo, seu futuro (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2009, p.08).

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, faz com que a prática dos orfanatos não seja mais utilizada. Este era um local voltado para crianças abandonadas e sem direitos, as quais ficavam “internadas” até atingirem a maior idade, conforme exposto anteriormente, surgindo então uma nova atividade do acolhimento, a qual segue as diretrizes do ECA.

A partir da elaboração do ECA as crianças e adolescentes passaram a ser considerados indivíduos com direitos, surgindo assim os abrigos, formato que perdura até hoje. Esses abrigos, são regidos pelo programa de acolhimento institucional estabelecido pelo ECA, o qual determina, em seu capítulo III, art. 19:

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu

superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

Atualmente as questões que dizem respeito às crianças e adolescentes estão a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA – responsável pela coordenação nacional da Política de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social. Essa Política de Proteção Especial contempla todo o sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto pelos Conselhos de Direitos e Tutelares, Ministério Público e Judiciário. Porém, 68,3% dos abrigos são não governamentais. No que diz respeito à manutenção dessas instituições não governamentais, cerca de 70% dos recursos são próprios ou provenientes de doações de pessoas físicas ou jurídicas. A contribuição dos recursos públicos sinaliza apenas um terço do total (BERGER, 2005).

Em resumo, de acordo com Marcílio (1998) a história dos abrigos pode ser dividida em três fases de sua existência: 1) período colonial até início do século XIX, *lar para enjeitados*; 2) a partir de 1960, com a escola corretiva para pobres; 3) a datar de 1990 até os dias de hoje, em que o abrigo deve ser um local de proteção.

2.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO

Crianças e adolescentes em circunstância de risco encontram-se em situação de vulnerabilidade social, sofrem as consequências das desigualdades sociais; sem parâmetros de vínculos afetivos com a família e com as demais atmosferas de sociabilização; sem alcance à educação, saúde, lazer, cultura, trabalho e alimentos; exploradas com trabalho infantil; sem perspectiva de futuro profissional; com tendência para ingressar no mundo do tráfico e das drogas (ABRAMOVAY et al., 2002).

Atualmente existem várias razões para a institucionalização de uma criança e adolescente, dentre elas estão o abandono, a orfandade, negligência, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, trabalho infantil, uso de drogas ou álcool, pobreza, problemas de saúde, dentre outros aspectos que põem o menor em situação de risco. Essas crianças e adolescentes

necessitam ser entregues a instituições de acolhimento, a fim de contar com condições básicas a sua sobrevivência.

Os motivos que levam à institucionalização desses menores mostram que o problema está arraigado na sociedade, de modo que se devem desenvolver estratégias, bem como uma maior aplicabilidade das políticas públicas existentes, a fim de que haja uma redução desses problemas. Faz-se necessário oferecer um suporte social e financeiro para que famílias carentes sejam capazes de superar suas privações e assim, reduzir o número de crianças e adolescentes que necessitam do serviço de acolhimento.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), as crianças que chegam a ser abrigadas são todas aquelas que de alguma maneira foram abandonadas ou tiveram a relação debilitada com suas famílias ou com a sociedade. No geral, essas crianças e adolescentes provêm de famílias desestruturadas financeiramente e emocionalmente. Elas transitam entre casas, ruas e instituições, nas quais acabam vivendo suas próprias experiências pessoais e formando seus caráteres.

Mesmo após 30 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os motivos pelos quais as crianças e adolescentes são abandonados são os mesmos. Para Rizzini e Rizzini (2004), o referencial jurídico relacionado à criança e ao adolescente foi claramente associado ao problema da marginalização do menor, conforme citado anteriormente. A categoria constituída como menor de idade, a qual vai de 0 aos 18 anos incompletos, dividia a infância em duas: a) crianças que possuem família com boas condições financeiras; b) e crianças pobres. A primeira resultaria em adultos do bem, já a segunda em adultos potencialmente perigosos e pervertidos. A partir dessa visão injusta da infância foi constituído um aparato “médico-jurídico-assistencial”, cujo objetivo foi definido em função da prevenção, educação, recuperação e repressão.

Até que no ano de 1990 foi aprovado o ECA. Antes de sua promulgação as crianças e adolescentes eram regidas pelo Código de Menores de 1927 e 1979, conforme citado no item anterior, devido à perspectiva correcional e repressiva que a infância pobre do Brasil possuía.

De acordo com o preceito, inspirado pelo antigo Código de Menores, as instituições possuíam uma homogeneidade espacial e grupal, na qual as crianças e adolescentes eram impedidos de imprimir suas características pessoais ao espaço, bem como demonstrações de manifestações individuais – como vestir-se, fazer diário, brincar – esses fatores, sem dúvida, dificultavam a superação do quadro em que se encontravam.

Após a aprovação do ECA as políticas públicas foram subdivididas em dois grupos: medidas de proteção e medidas socioeducativas. Estas são aplicadas a adolescentes que tenham praticado ato infracional e as primeiras destinam-se às crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. De Acordo com o ECA (1990) as medidas de proteção são aplicáveis quando os direitos legais da criança e adolescente forem ameaçados ou violados:

- I. Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II. Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III. Em razão de sua conduta.

Qualificam-se por “crianças abrigadas” as crianças moradoras dos lares provisórios, as quais se encontram em situações diversas, podendo ser órfãs, abandonadas ou separadas da sua família biológica por medida de proteção, porém todas estão em uma situação de exclusão de uma família (SNIZEK, 2008).

Quando a criança ou adolescente é encaminhada para situação de abrigamento elas ficam sob a guarda do Estado e suas famílias passam a responder a processo judicial, no qual será decidido a respeito do pátrio poder da família. Enquanto o menor está abrigado, as famílias sofrem intervenção do Estado, na forma de “promoção familiar”, nela é exigida adequações dos membros e da dinâmica familiar conforme modelo estabelecido pelo ECA. Quando se entende que a criança encontra-se em situação de risco extremo ela é retirada do convívio familiar e passa à condição de abrigada. Nesse sentido:

Abrigar crianças desafia os princípios que fundamentam nossa vida em sociedade, os quais entendem a família como formadora de seus membros. Em última instância o abrigamento contraria um dos princípios fundamentais do ECA, que é o convívio familiar, pois separa crianças e adolescentes de sua família. Sendo a família um valor fundamental em

sociedades ocidentais modernas, como podem ser pensadas famílias que oferecem riscos aos seus membros e a separação das mesmas de forma pública (SNIZEK, 2008, p. 45).

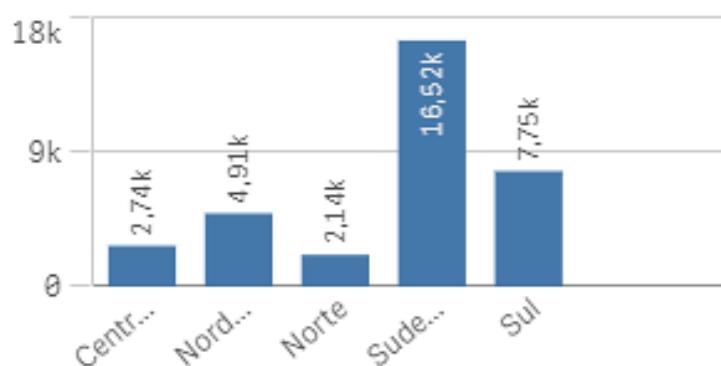
Segundo a Organização Pan-americana de Saúde o significado de moradia adquire maior importância na medida em que diminui a idade das crianças ou em que aumentam a idade dos adultos. Ou seja, crianças e idosos são especialmente dependentes da habitação por sua maior necessidade de proteção e permanência em casa. E assim como todos os cidadãos, as crianças e adolescentes também têm direito a moradia digna que lhes permita o pleno desenvolvimento e a proteção da sua integridade física, moral e psíquica (ECA, 1990). Desse modo, os menores em situação de acolhimento merecem uma atenção especial pela situação peculiar que se encontram, vivendo em um espaço que não é seu lugar de origem e com pessoas com as quais não possuem vínculos familiares.

Sousa (2013) afirma que as crianças institucionalizadas são estigmatizadas socialmente porque vivem em uma instituição, sendo categorizadas dessa maneira pela sociedade, o que reitera a condição em que se encontram. Desse modo, elas tendem a ser rotuladas por fazerem parte de uma categoria que difere do que é “normal” na sociedade. Por consequência, as crianças e adolescentes institucionalizadas são excluídas socialmente devido ao fato de não possuírem família e fazer parte de um contexto social diferente do “comum”.

Conforme o IPEA (2004) os abrigos no Brasil atendiam cerca de 20 mil crianças e adolescentes. Ao se comparar com os dados da última pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça³ (2020), a qual constatou que no Brasil existiam 34 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, pode-se perceber um aumento considerável do número de menores no sistema de acolhimento, de modo que a maior concentração encontra-se na região sudeste do país (gráfico 1). Quanto ao sexo, a diferença entre meninas e meninos acolhidos é irrisória (gráfico 2).

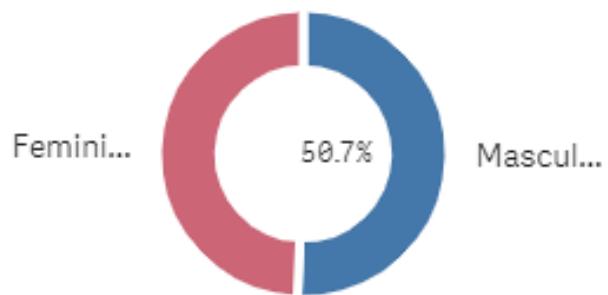
³ No decorrer da pesquisa serão sempre utilizados os dados mais atualizados acerca do tema abordado. Porém, caso não haja dados mais recentes serão empregados dados mais antigos a fim de complementar as informações da pesquisa. Tendo em vista que a pesquisa realizada pelo IPEA (2004) possui um maior número de dados do que a realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (2020).

Gráfico 1- Criança e adolescentes em sistema de acolhimento por região



Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, 2020.

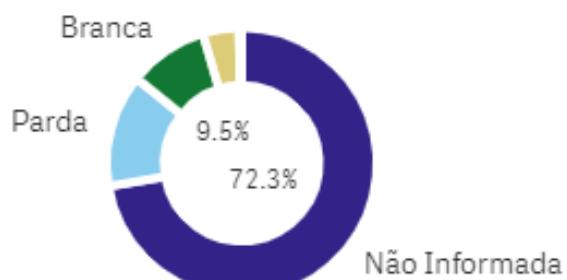
Gráfico 2- Criança e adolescentes em sistema de acolhimento por gênero



Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, 2020.

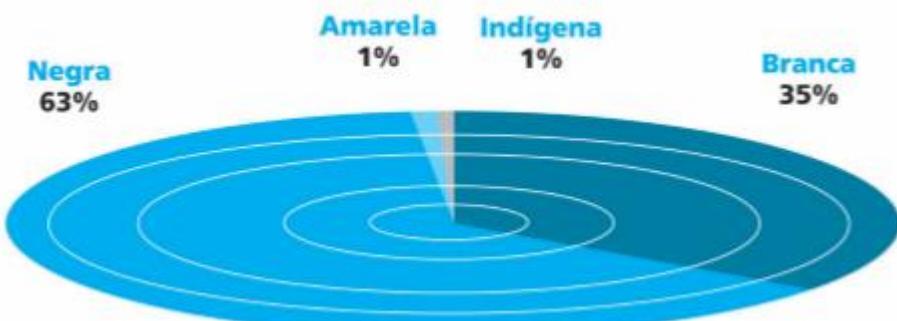
Em relação à etnia há uma grande parcela dos dados do Conselho Nacional de Justiça (2020) que não foi informada (72,3%) (gráfico 3). Porém existem dados mais antigos do IPEA (2004) que mostram que 63% das crianças e adolescentes em situação de acolhimento são negras (gráfico 4).

Gráfico 3- Criança e adolescentes em sistema de acolhimento por etnia.



Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, 2020.

Gráfico 4- Brasil: proporção de crianças e adolescentes abrigados, segundo cor e raça



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Os números apontam a preferência das famílias brasileiras pela adoção de crianças menores de nove anos de idade (gráfico 5) e de pele branca, conforme os gráficos anteriores, o que reflete no preconceito histórico enraizado na sociedade, que faz com que as crianças e adolescentes vivenciem cotidianamente as limitações e dificuldades impostas por esse preconceito.

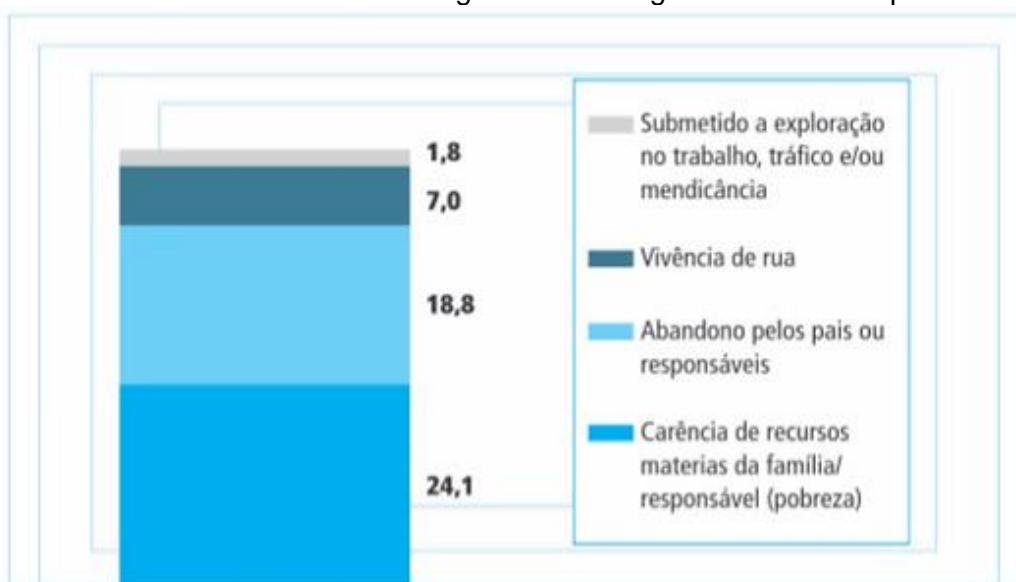
Gráfico 5- Criança e adolescentes em sistema de acolhimento por faixa etária



Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, 2020, com adaptações da autora.

Além disso, conforme dados do IPEA (2004) pode-se observar que as instituições de acolhimento no país representam uma grande concentração de crianças e adolescentes provenientes de famílias pobres, como pode-se presumir, ou seja, as condições socioeconômicas de um menor exercem forte influência nas questões referentes ao acolhimento (gráfico 6).

Gráfico 6- Brasil: motivos de ingresso em abrigo relacionados à pobreza



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Assim, grande parte das crianças e adolescentes que vivem nos abrigos são oriundas de famílias que não possuem os meios indispensáveis para oferecer uma sobrevivência digna a elas. Isto dificulta a garantia dos direitos fundamentais, pois se encontram em situação de precariedade no que diz respeito à moradia, saneamento, provimento de alimentação de qualidade, acesso à saúde e à escola, entre outras situações de carência socioambiental. Essa carência de recursos das famílias segundo o gráfico anterior é o maior motivo de ingresso de crianças e adolescentes em abrigos.

Afinal, mesmo em situação de acolhimento é importante lembrar que uma “[...] criança nunca é simplesmente uma criança e, sim, uma certa criança, vivendo certa condição, num certo contexto definido” (OSTETTO, 1992, p.12), ou seja, toda criança deve ser tratada de maneira única e individualizada, de modo que se preze pela sua infância, qualidade de vida e bom desenvolvimento pessoal e emocional. Dessa maneira, deve-se dar uma atenção especial aos espaços de acolhimentos destinados a elas, pois as crianças e adolescentes em situação de acolhimento necessitam de cuidados ainda mais individualizados e especiais.

2.2 ABRIGOS INSTITUCIONAIS

Cabe ao Estado e à sociedade proteger e cuidar da criança e adolescente quando a família de origem não estiver capacitada para isso. De acordo com o ECA o abrigamento é a sétima medida de proteção a ser aplicada quando verificada uma situação de risco do menor vulnerável. Isto é, quando essa for a única alternativa.

Os abrigos foram implantados como medida de proteção, tendo eles “caráter provisório e excepcional” (Parágrafo único do art. 101, do ECA, 1990), de modo que a “estadia” não deve se prolongar por mais de dois anos (Lei 12.010, 2009, art. 19). Com capacidade de assistir crianças e adolescentes de 0 a 18 anos (incompletos) como já citado anteriormente, acolhendo no máximo 20 menores simultaneamente. Devem-se evitar atendimentos muito específicos, como delimitação de faixa etária muito restrita ou atender exclusivamente a determinado sexo, ou não atender crianças com deficiência, ou que possuam o vírus da AIDS etc.

Dentre os progressos no sistema de acolhimento destaca-se a elaboração do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, aprovado em 18 de junho de 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse manual visa estabelecer orientações metodológicas e parâmetros para o funcionamento de entidades voltadas para o acolhimento de crianças e adolescentes, de modo a cumprir os preceitos estabelecidos pelo Estatuto e possibilitar ajustes com a realidade das instituições.

O manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* preza pela qualidade no serviço prestado, pretendendo ofertar à criança e ao adolescente um ambiente e cuidados facilitadores para o desenvolvimento, buscando favorecer os seguintes aspectos:

- I. Desenvolvimento integral;
- II. Superação de vivências de separação e violência;
- III. Apropriação e ressignificação de sua história de vida;

IV. Fortalecimento da cidadania, autonomia e inserção social.

O edifício que abriga o serviço de acolhimento deve ter aspecto semelhante ao de uma residência familiar, mantendo o padrão arquitetônico da comunidade em que está inserido, buscando, com isso, oferecer um ambiente acolhedor, oferecendo condições institucionais para um atendimento digno. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes assistidas, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, de acordo com o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009).

Ainda segundo o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, as medidas de funcionamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes devem ser ajustadas à realidade e cultura local, sem gerar perdas na qualidade dos serviços prestados. Quando, para proteção de sua integridade física e psicológica, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem pela autoridade competente, os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável. Devendo-se trabalhar no sentido de possibilitar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para uma família substituta.

A pesquisa mais atualizada no que diz respeito ao tempo de permanência das crianças e adolescentes é do Conselho Nacional de Justiça (2020), porém ela computa apenas até três anos de permanência na instituição, omitindo dados acerca do tempo de permanência acima desse tempo de delonga. Entretanto, de acordo com pesquisa do IPEA (2004) verificou-se que o tempo de permanência das crianças e adolescentes varia de sete meses a cinco anos (55,2%) podendo chegar a dez anos, ou seja, o abrigo torna-se o lugar onde esses jovens irão permanecer por um longo período de tempo e não somente um local de passagem. Isso ocorre, porque na maioria das vezes a criança ou adolescente chega ao abrigo no período que é denominado de “adoção tardia”, compreendido de 7 a 18 anos (incompletos), de modo que a consumação da adoção torna-se mais difícil, visto que há

menor interesse por parte das famílias por crianças e adolescentes dessa faixa etária, conforme exposto no item anterior.

Após o abrigamento, de acordo com determinação judicial, a adoção é a única “saída” para o menor. Segundo Rizzini e Rizzini (2004) a cultura no Brasil, relativa à solvibilidade dos problemas que acarretam no abandono de menores, insiste em se manter inalterada, em partes por resistência às mudanças, ou adaptação lenta às mesmas; e por outro lado, porque parte dos problemas – que resultaram nas internações das crianças ao longo da história – ainda não foram solucionados, como a pobreza, conforme citado anteriormente.

As instituições voltadas ao serviço de acolhimento subdividem-se em cinco tipos, com o intuito de atender da maneira mais adequada às demandas da população infanto-juvenil. São eles:

1. Abrigos Institucionais;
2. Casas *Lares*;
3. Famílias Acolhedoras;
4. Repúblicas;
5. Regionalização do Atendimento nos Serviços de Acolhimento.

Em cada caso deve-se levar em conta a idade, histórico de vida, aspectos sócio culturais, motivos do acolhimento, situação familiar, condições emocionais e de desenvolvimento, dentre outros aspectos, a fim de destinar a criança ou adolescente ao serviço que responda de maneira mais eficiente às necessidades de cada um.

Sendo assim, a implantação de qualquer um desses espaços destinados ao acolhimento irá se basear em um diagnóstico do local onde será estabelecido, com o intuito de identificar a existência ou não de demanda e quais são os serviços mais adequados para aquela região. Em municípios de grande porte e metrópoles, deve haver diversificação na oferta das modalidades de atendimento, segundo o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009).

Dessa maneira, a organização da rede local de serviço de acolhimento deve garantir que toda criança e adolescente que necessite do atendimento

receba tratamento adequado, de acordo com os serviços ofertados, de modo a proporcionar respostas efetivas às diferentes demandas.

Cabe ao Poder Executivo a responsabilidade primeira do estabelecimento de infraestrutura adequada para aplicação das medidas requeridas pelo Conselho Tutelar e pelo Judiciário, pelo Ministério Público, podendo contar com parcerias de instituições não governamentais (ECA, 1990). A gestão dessa política está sob responsabilidade do Executivo Municipal ou Estadual, por meio da área a qual o programa foi aplicado.

De acordo com pesquisa do IPEA (2004) foi constatado que 90% dos dirigentes de abrigos destinados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, possuem conhecimento a respeito de como devem ser os serviços de acolhimento, apesar disso, 52,7% disseram que não houve modificações nas entidades que dirigem após terem acesso às recomendações do ECA (gráfico 7). Esses dirigentes justificaram que não houve mudanças nas instituições pelas quais são responsáveis, devido ao fato dessas instituições antecederem a promulgação do ECA (1990), ou seja, elas não possuem a obrigatoriedade de seguir suas diretrizes; ou porque não havia discordância entre a prática já desenvolvida nessas instituições e os princípios trazidos pelo ECA.

Gráfico 7- Brasil: reação dos dirigentes de abrigo ao disposto no ECA sobre o assunto



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Segundo a mesma pesquisa (IPEA, 2004) 90,3% dos abrigos para crianças e adolescentes, estão localizados em meio urbano e 8,3% na zona rural e os 1,4% restantes não foram informados. A pesquisa considerou dois atributos para análise da adequação das edificações existentes no país:

- I. As características de acesso à infraestrutura;
- II. As características físicas do abrigo.

As características relacionadas ao item I são internacionalmente consideradas como indicadores de qualidade de vida, desenvolvimento, cumprimento à moradia digna e saúde. De modo geral, pode-se considerar que todas as instituições analisadas para a pesquisa do IPEA (2004) atenderam os requisitos exigidos, são eles: abastecimento de água; abastecimento de luz; e esgotamento sanitário (tabela 1).

Tabela 1- Brasil: condições gerais das edificações dos abrigos da Rede SAC, segundo localização (% de abrigos)

Características consideradas	Questões	Condições	Função desempenhada		Total de abrigos
			Área rural	Área urbana	
Acesso à infra-estrutura	Principal forma de abastecimento de água	Rede geral	32,7	89,3	84,6
		Poço ou nascente	51,0	7,5	11,0
		Cisterna	6,1	0,9	1,4
		Outras ¹	10,2	0,6	1,4
		Não sabe/não respondeu sobre a forma de abastecimento de água	0,0	1,7	1,7
	Principal forma de abastecimento de luz	Rede geral	100,0	99,8	99,7
		Não sabe/não respondeu sobre a forma de abastecimento de luz	0,0	0,2	0,3
Características físicas	Principal forma de esgotamento sanitário	Rede geral	20,4	76,9	72,0
		Fossa séptica	63,3	16,4	20,4
		Fossa comum	14,3	5,1	5,8
		Não sabe/não respondeu sobre a forma de esgotamento sanitário	2,0	1,7	1,9
	Material da maior parte das paredes externas	Alvenaria	98,0	97,0	96,9
		Madeira	2,0	1,5	1,5
		Outro ²	0,0	0,2	0,2
		Não sabe/não respondeu sobre o material das paredes	0,0	1,3	1,4
	Funcionamento em área exclusiva*	Cozinha	98,0	94,7	94,6
		Dormitórios	95,9	94,2	93,7
		Refeitório	85,7	80,5	80,6
		Administração	77,6	75,2	75,2
		Recreação interna	77,6	72,9	73,3
		Sala para atendimento técnico especializado	63,3	55,5	56,0
		Recreação externa	73,5	52,8	54,5
		Horta	79,6	33,5	37,7
		Escola/salas de aula	57,1	28,9	31,4
		Berçário	10,2	32,5	30,6
		Oficinas artesanais	36,7	25,0	26,3
		Consultório médico	20,4	17,7	17,7
		Gabinete odontológico	30,6	12,2	13,6
		Oficinas profissionalizantes	32,7	11,5	13,2
		Outros	14,3	8,5	8,8
		Não sabe/não respondeu sobre áreas exclusivas	0,0	0,8	0,8

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Sabe-se que aspectos relacionados às características físicas do abrigo influenciam diretamente nas condições de saúde física e mental das crianças e adolescentes, essas características, consideradas na pesquisa apresentada na tabela 01, realizada pelo IPEA (2004), foram retiradas do “Levantamento Nacional”, a partir de dois quesitos: o material das paredes externas do abrigo e as áreas separadas por paredes ou divisórias com funcionamento exclusivo. O primeiro determina a durabilidade e a adequação da construção para cumprir suas funções essenciais de proteção contra intempéries, agressões, bem como a manutenção da privacidade em relação ao meio social na realização de determinadas atividades, o segundo quesito analisado refere-se à existência de cômodos separados por paredes ou divisórias, este foi incluído a fim de conhecer a forma de organização dos espaços nos abrigos, pois influencia em fatores importantes como: o silêncio, a privacidade, descanso, segurança.

Ao longo do tempo, as representações sociais que foram sendo construídas a respeito do acolhimento institucional tem mostrado uma tendência negativa. Como era o caso das primeiras instituições as quais assumiam um caráter de “instituição total”. Visto que os indivíduos encontravam-se separados da sociedade exterior, vivendo sob normas formais e rígidas impostas pelas instituições, as quais tinham como objetivo cuidar de pessoas incapacitadas, tendo como exemplo asilos e hospitais psiquiátricos da década de 1960. Em sua maioria as relações com o exterior eram cortadas em sua totalidade, ou ao menos reduzidas e controladas, além de não levarem em conta a individualidade (GOFFMAN, 1961).

Esse modelo de instituição voltado para crianças e adolescentes foi entrando em desuso, graças às novas políticas que regem esse tipo de instituição e sua aplicabilidade, o que permitiu a aproximação dos acolhidos com a comunidade local em que estão inseridos e com a família de origem. Atualmente deve-se fazer uso do regime aberto, o qual permite o livre acesso das crianças e adolescentes à instituição, com direito a receber visitas, desde que respeitem seus horários de funcionamento.

Para Sousa (2013) o grande desafio do atendimento institucional é garantir a segurança das crianças e adolescentes, assim como sua inserção na sociedade. Dessa maneira, se faz necessário refletir acerca do papel das

instituições de acolhimento voltadas para as crianças e adolescentes no seu desenvolvimento, bem como na promoção de autonomia.

2.3 A IDEIA DE CASA LAR

O presente trabalho trata especificamente da modalidade de acolhimento do tipo *Casa Lar*. A *Casa Lar* é um Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais. As crianças e adolescentes que são encaminhadas para as *Casas Lares*, por meio de medida protetiva prevista no ECA, chegam ao local em função do abandono ou pelo fato de suas famílias ou responsáveis encontrarem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção aos menores. As *Casas Lares* são em sua maioria ONGs, sem fins lucrativos, as quais recebem parte de seus recursos do Estado ou das Prefeituras Municipais. Assim sendo, elas podem funcionar em regime governamental ou não governamental.

A *Casa Lar* também pode ser chamada de abrigo domiciliar, tem estrutura de uma residência unifamiliar e pode ser própria ou alugada pela instituição responsável pelo programa. A unidade pode ser coordenada por educadores-cuidadores com revezamento de horários. Antes da instalação do programa numa casa da comunidade é conveniente que a vizinhança seja informada sobre suas características, possibilitando o contato da população local com uma equipe para dirimir dúvidas, minimizar ou resolver eventuais conflitos (IPEA, 2004).

A modalidade *Casa Lar* é destinada a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos (incompletos), assim como os demais programas de acolhimento já mencionados, de modo nelas também devem ser evitadas especificações e atendimentos exclusivos. Há a possibilidade de atender no máximo dez crianças e adolescentes simultaneamente, sendo voltada especialmente para grupos de irmãos e a crianças e adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração. Assim sendo:

Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de intervenção social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas

residenciais da cidade e seguir o padrão-sócio econômico da comunidade onde estiverem inseridas (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2009, p. 69).

A presença do educador-cuidador residente visa proporcionar o estabelecimento de uma relação estável com o menor no ambiente institucional, uma vez que ele busca ocupar o lugar de referência afetiva constante para as crianças residentes, o que facilita o acompanhamento da rotina das crianças e adolescentes, diferente do Abrigo Institucional, onde há uma maior rotatividade de educadores. Além disso, deve haver uma rotina mais flexível dentro da casa, mais próxima de uma rotina familiar, adaptando-se às necessidades dos acolhidos. A responsabilidade do educador-cuidador residente requer uma atenção especial no processo seletivo, na capacitação e acompanhamento desse profissional, pois é uma função que possui uma elevada exigência psíquica e emocional dos mesmos, de acordo com manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Vale salientar que:

O educador/cuidador residente não deve ocupar o lugar da mãe ou da família de origem, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2009, p. 71).

Dessa maneira houve uma alteração referente ao termo “*mãe/ pai social*” para educador-cuidador residente, a fim de evitar ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem ou uma consolidação da permanência indefinida da criança ou adolescente no serviço.

As Casas *Lares* não são os agentes responsáveis pelas decisões em relação ao abrigamento ou desabrigamento das crianças e adolescentes, isso é feito através do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e Juventude. Elas têm como função promover o atendimento às crianças no período em que estão abrigadas, sem poder de decisão oficial no que diz respeito ao destino de suas vidas. Ou seja, são uma forma de transição, ou deveriam ser, para colocação do menor em família substitutiva, não implicando na privação de liberdade (ECA, 1990).

Snizek (2008) diz que o espaço da *Casa Lar* é ambíguo, pois transita entre a publicidade de uma instituição e a privacidade de um *lar*. As Casas Lares estão inseridas em um contexto social mais geral, não se limitando a uma determinação legal, elas englobam discussões e noções de humanidade. Parte-se da constatação que elas dialogam com os seguintes eixos de concepção:

- I. A noção de Infância Universal;
- II. O movimento social pela desinstitucionalização;
- III. A mobilização para a legalização das adoções.

O primeiro eixo está explícito no ECA e no discurso legal, que traz a criança e adolescente como sujeitos com direitos, o que supõe a igualdade sem discriminação, ou seja, um direito à infância garantido a todas as crianças.

O segundo eixo foi exemplificado por Snizek (2008) a partir da reforma psiquiátrica, a qual teve início no Brasil no ano de 1987, “Por uma sociedade sem Manicômios”, de modo que foi decidido que a política de saúde mental seria baseada no pressuposto de “cuidar sim, excluir não”. Foi, acima de tudo, um movimento social que girou em torno do fechamento dos manicômios e na criação de novas possibilidades de atendimento e assistência.

O terceiro eixo trata a respeito do movimento em prol do abrigamento familiar, pois com as discussões acerca da abertura das instituições, na busca pelo fim das instituições totais, as crianças foram uma questão com a qual o movimento se deparou. A *Casa Lar* foi uma forma encontrada para sanar o risco e o abandono enfrentando por essas crianças, sendo o abrigamento familiar uma solução plausível, segundo Snizek (2008).

Por fim, quanto às questões físicas relacionadas à estrutura das instituições, essas seguem basicamente, três perspectivas: o aspecto externo do abrigo; a configuração interna dos seus espaços; e as atividades que devem ser previstas. A infraestrutura e os espaços mínimos sugeridos devem manter um padrão, conforme exposto no quadro a seguir:

Quadro 1- Infraestrutura e espaços mínimos pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

AMBIENTE	DESCRÍÇÃO
Sala de estar ou similar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/ educadores. ✓ Metragem sugerida de 1m² para cada ocupante
Sala de jantar/ copa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/ educadores. ✓ Pode ser um cômodo independente ou estar anexado a outro cômodo; ✓ Metragem sugerida de 1 m² para cada ocupante.
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Até quatro crianças por quarto, podendo chegar a seis, quando esta for a única opção; ✓ As camas/ berços/ beliches e os armários devem ser individuais; ✓ Metragem sugerida de 2,25 m² para cada ocupante.
Ambiente para estudo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pode haver espaço específico para esta finalidade ou estar inserido em outros ambientes, como no quarto ou copa, por exemplo.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve haver um lavatório, um vaso sanitário e um chuveiro para até seis crianças/ adolescentes; ✓ Pelo menos um banheiro deverá ser adaptado para pessoas com deficiência; ✓ Um lavatório, um vaso sanitário e um chuveiro para os cuidadores/educadores.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve possuir espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário.
Área de serviço	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve possuir espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário e produtos de limpeza.
Área externa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Espaços que permitam brincadeiras e convívio, evitando a instalação de equipamentos que não estejam no padrão socioeconômico dos usuários, como por exemplo, piscina, sauna etc, pois os mesmos irão dificultar a reintegração dos assistidos a família ou a comunidade; ✓ Deve-se priorizar a utilização de equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, a fim de proporcionar um maior convívio comunitário e a socialização dos usuários.
Sala para equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve possuir espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento das atividades técnicas.
Sala de coordenação/ atividades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve possuir área para guardar documentos sigilosos, em condições de segurança; ✓ Deve possuir espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento das atividades técnicas.
Sala de reuniões	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve possuir espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com a família de origem.

Fonte: BRASIL, 2009 (adaptada pelo autora).

O item que trata da individualidade das camas, berços, beliches e os armários tem grande importância em caracterizar algo como “seu” - do menor. Já a priorização de equipamentos coletivos ou comunitários de lazer, esporte e

cultura, a fim de proporcionar um maior convívio comunitário e a socialização dos usuários, traz a tona à questão dos espaços para convívio e brincadeiras, pois há uma grande necessidade em se pensar – e propor - acerca desse espaço de interação com o meio e com o outro. Ambos promovem experiências constituintes da subjetividade, do “si mesmo” e do “si mesmo” relacionando-se com o outro.

Segundo Sawaia (1995) a brincadeira é uma das formas de patrimônio lúdico e cultural de um determinado grupo social, por meio dela são transmitidos valores, pensamentos, ensinamentos e costumes, além de viabilizar maneiras de expressões das crianças que brincam, bem como a reconstrução de valores diante das formas compartilhadas de brincar. O ato de brincar é algo que possui significado, constitui uma importante maneira de interação e inserção cultural e social.

Conforme o “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC” todas essas recomendações têm como objetivo proporcionar a convivência com rotinas normais à infância e à adolescência, possibilitar a ocorrência de atividades que favoreçam o desenvolvimento infanto-juvenil, assim como promover a recuperação e a manutenção da autoestima e da identidade de todos. Como se lê no trecho a seguir:

As políticas de atenção a crianças e adolescentes devem voltar a atenção também para a estrutura física das entidades de atendimento. Mas não mais no sentido de medir sua eficiência pelo número de metros quadrados construídos ou pelo valor agregado à propriedade pelas benfeitorias realizadas internamente, como no passado. Ao contrário, talvez dizendo que o ambiente ideal para acolher provisoriamente crianças e adolescentes afastados de suas famílias pode ser encontrado na busca da simplicidade aconchegante das residências, possibilitando que cada um tenha lugar para desenvolver as atividades comuns à sua faixa etária e permitindo a expressão individual de todos, casa um a seu modo. Um ambiente que tenha generosas portas abertas para ir e vir e janelas que mostrem o mundo e permitam conhecê-lo (IPEA, 2003, p. 166).

O quadro a seguir (quadro 2) mostra como a arquitetura tem influência na “transformação” de uma instituição em um *lar* substitutivo (acolhedor). A estadia dessas crianças e adolescentes deve ser o menos agressiva possível, o que sem dúvida envolve a relação entre o ambiente físico e seu usuário.

Quadro 2- Características do atendimento-tratamento

INSTITUIÇÃO	LAR SUBSTITUTO (OU ACOLHEDOR)
1. Ambiente grande, frio; 2. Coletivo - massificante; 3. Horários estabelecidos, rígidos; 4. Vestuário coletivo e padronizado; 5. Sem direito a escolhas, gostos, querer.	1. Ambiente familiar, aconchegante; 2. Individualizado - personalizado; 3. Horários flexíveis, respeito ao ritmo da criança; 4. Vestuário individualizado, apropriado; 5. Respeito aos gostos, escolhas e desejos.

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Dessa maneira, as *Casas Lares* necessitam proporcionar a construção de afeto a partir do cuidado com as crianças e adolescentes que deve ser feito de forma personalizada e individualizada, buscando sempre manter a identidade de cada acolhido.

2.4 A IDEIA DE FILIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O processo de filiação diz respeito a uma questão social, a qual segundo Françoise Heretier (1996) resulta em um reconhecimento do lugar do jovem na sociedade e na família, o que mostra que esse processo não se fundamenta apenas na formação biológica do indivíduo, também envolve aspectos sociais.

De acordo com Sequeira (2005), em seu estudo de diferentes comunidades primitivas, pode-se comprovar que várias configurações priorizam o laço social, leis simbólicas que sustentam a filiação e o pertencimento, que vai além do biológico. Ou seja, a filiação é um laço social, por meio do qual a sociedade insere as pessoas em sua rede simbólica. As regras de filiação nunca são naturalmente fundadas, mostrando que, aquilo que é reconhecido como novo, de certa maneira, foram experiências já vividas em outras sociedades, fazendo com que permaneça sempre o “domínio” da estrutura social sobre o indivíduo, como os elementos físicos, os quais são resultados de uma estrutura social instituída.

Dessa maneira, o papel da família está relacionado ao pertencimento e filiação. A família tem como função transmitir os valores daquele grupo social e

oferecer a experiência de pertencimento ao indivíduo, o que faz com que ele possua lugar nesse grupo. “O que sustenta uma pessoa são laços simbólicos, que lhes dão pertencimento, ordenação e valores” (SEQUEIRA, 2005, p.136). Sendo assim, as crianças e adolescentes em situação de acolhimento possuem seus vínculos de filiação e pertencimento enfraquecidos, pois a maioria não possui os parâmetros provenientes da família.

Para Fischer (1990) de acordo com a abordagem psicossocial, o ambiente é essencialmente o espaço organizado nas sociedades, constituindo o quadro social em que se vive. Desse modo, não se pode separar as características físicas e dimensões sociais de um lugar. Todo espaço é construído socialmente, não podendo desassociá-lo.

Diante dessa perspectiva, o espaço socioambiental é definido como “[...] um conjunto de matrizes no seio das quais se desenrola a existência concreta dos indivíduos” (FISCHER, 1990, p. 15). A partir disso se desenvolve a importância atribuída às relações que se estabelecem entre as pessoas e os diferentes ambientes que propiciam uma estrutura específica à conduta de cada um. Ou seja, tanto o indivíduo exerce influência sobre o espaço, quanto o espaço sob o indivíduo e toda interação social é intercedida pelo ambiente no qual se exprime, é um processo de troca constante.

O espaço só existe a partir das relações que se estabelecem nele e com ele, são os usos de um lugar que importam. O espaço é um fator de influência e de condicionamento, pois ele age de certa maneira sobre o comportamento e as relações que ali ocorrem, esse é o espaço funcional. Outra forma de vê-lo é como espaço vivido, como o homem utiliza o lugar, como o trata afetivamente e cognitivamente, ele é “[...] investido por uma experiência sensori-motora, táctil, visual, afectiva e social, que produz através das relações estabelecidas com ele, um conjunto de significações carregadas de valores culturais próprios” (FISCHER, 1990, p. 38).

O que leva a compreender que os lugares estão repletos de significados, de acordo com o uso que se faz deles. A noção de espaço vivido indica a interdependência da pessoa com o meio, na medida em que este aparece como um campo de valores que determinam a sua conduta.

O espaço vivido foi estudado a partir da psicologia ecológica ao estudar o “*behavior setting*”, isto é, todo comportamento é moldado pelo contexto em que está inserido. A organização espacial vai determinar o sentido do lugar, sendo assim “[...] todo espaço social se apresenta como uma unidade composta de elementos físicos que interferem com dados sociais e culturais próprios dos lugares, dos contextos e dos grupos que nele se movem” (FISCHER, 1990, p. 73).

O espaço vivido deve resultar no processo de apropriação do espaço, que é um processo psicológico fundamental de ação e intervenção sobre um determinado espaço, com o intuito de transformá-lo e personalizá-lo. Essas formas de influência sobre os espaços se traduzem em relações de posse e afeto (FISCHER, 1990). Como se lê:

[...] trata-se de um conjunto de artefactos pelos quais se opera uma estruturação do espaço segundo as necessidades e as aspirações; deste modo, um indivíduo ou um grupo indica a sua própria utilização de um lugar e a maneira como o ocupa, o transforma e nele vive. Em todo o caso, é a afirmação de uma variante pessoal, expressa em termos de estilo de ocupação, de transformação, de instalação, de organização; o elemento do espaço ou a porção do ambiente assim alterados vão transformar-se em sistema de influência, em estrutura de posse, pelos quais uma habitação idêntica a todas as outras será vivida como casa sua. A apropriação é uma maneira de materializar uma parte do seu universo mental no espaço físico ambiente, para o fazer nosso (FISCHER, 1990, p. 82).

O processo de apropriação diz respeito à qualidade ou especificidade de um local. Envolve as características físicas, históricas e as emoções do espaço e de quem irá habitá-lo. Ou seja, varia de acordo com a situação espacial determinada, em função do tipo de espaço, das características, de quem o utiliza, dos níveis sociais dos indivíduos e da intensão de cada um. Esse processo está relacionado ao sentimento de pertencer e fazer parte de um lugar.

Para Fischer (1990) o processo de apropriação está relacionado ao *habitat*. Suas transformações do arranjo interior são determinadas por diversas características espaciais: volume, forma, disposição etc, que tem muita influência nesse processo. “O *habitat* é o abrigo do hábito”, de modo que o espaço corresponde a uma esfera indispensável de apropriação pessoal, que é

determinada pelo espaço e pelo corpo que dá lugar a uma espacialização de identidade. É um lugar privilegiado, onde se concretiza a relação do indivíduo com seu espaço. O autor afirma que além do espaço pessoal existe o *habitat* como espaço social, o qual põe em evidência a relação entre as variáveis espaciais como a arrumação, disposição de móveis e objetos, esse espaço pode favorecer ou não a apropriação. Por fim existe o *habitat* como espaço cultural, o qual está ligado a referência e ao valor do grupo humano que habita aquele lugar.

A apropriação do espaço resulta no processo de filiação, no qual esse espaço integra a identidade, personalidade de quem o habita. Sendo assim, o processo de filiação possui relevância no que diz respeito à formação física, moral e psíquica de cada indivíduo e de grupos sociais. O que vai além da filiação biológica, como citado acima, diz respeito às questões sociais que envolvem aquele espaço e quem o habita.

Na maior parte das vezes os mecanismos de apropriação possuem um lapso entre a intensão de quem os concebeu e o interesse de quem irá utilizá-lo, ou seja, há uma lacuna entre o espaço construído e o espaço vivido. Isso porque na maioria das vezes os arquitetos que concebem o espaço estão unicamente preocupados com o “mercado” que impõe exigências, deixando de lado os anseios de quem irá fazer uso dele. Entretanto o indivíduo sempre busca uma forma de compensar essa “deficiência” do espaço em que vive, tentando transformá-lo à sua maneira.

Fischer (1990) pontua a respeito de habitar em grande conjunto, o que tem um custo psicológico elevado, determinado tanto pelo ambiente social imediato como pelas características materiais do próprio *habitat*. A vida em conjunto geralmente tem consequências a partir das características espaciais negativas como desconforto, nocividades, dentre outras. Nesses locais geralmente as pessoas são dispostas amontoadas, o que vai além da concepção do espaço, diz respeito às questões sociais. Como reitera em seu texto:

[...] num bom número de casos, as divisões de um alojamento são fortemente estandardizadas e reduzidas ao mínimo dos mínimos; o espaço é nesse caso vivido como um espartilho porque é assimilado a uma caixa na qual se tem de entrar e da

qual se não pode realmente apropriar-se, dado que é à partida concebida de tal sorte que somos obrigados a moldar-nos segundo o programa previsto; está-se então perante um interdito e o espaço torna-se agente de conformização das atividades e das relações a um modelo único imposto. Em contrapartida, se o espaço de uma habitação é concebido segundo um volume e regras de afectação folgados, os moradores terão mais possibilidades de nele intervir e de o estruturar de acordo com os seus próprios critérios. (FISCHER, 1990, p. 84).

Os abrigos são caracterizados como espaços institucionais. O espaço institucional se concebe como um lugar de “liberdade vigiada”, onde há uma divisão clara do que está fora e o que está dentro. Esse tipo de espaço é normativo, no qual se praticam um conjunto de prescrições que fixam o ritmo das atividades que ali ocorrem. Como se lê:

Se a considerarmos agora do interior, esta característica de universo separado comporta um outro aspecto: para todos os que se encontram dentro, o espaço fechado constitui na verdade um encerramento, mesmo que seja só provisório. Este encerramento é de facto muitas vezes justificado como o suporte de uma integração, ou seja, de uma adequação do indivíduo aos espaços instituídos e organizados. Por outras palavras, o dentro apresenta-se como um conjunto de espaços que foram pré-estabelecidos independentemente de quem lá está; neste universo imperturbável, o quadro fornece o elemento organizador das atividades e das condutas e, ao fazê-lo, torna-as conformes (FISCHER, 1990, p. 139).

Como se pode observar há uma dubiedade no que diz respeito a esse tipo de instituição, pois elas transitam entre espaços abertos e espaços fechados, não se enquadrando de maneira definitiva em nenhuma das classificações. De modo geral quanto mais esses espaços institucionais forem inadaptados às necessidades expressas pelos seus usuários, maior o sentimento de frustração, ligado à ideia de (des)apropriação, o que aumenta a probabilidade de se criarem espaços de isolamento e sem significado para quem o habita.

3 ENTRE A CASA E
O LAR

3 ENTRE A CASA E O LAR

O ato de habitar é algo corriqueiro na vida do homem, mas essa questão envolve aspectos muito mais profundos, como: O que é uma casa? Qual a importância da casa para quem a habita? Quais os elementos a diferenciam de um *lar*? A busca por esse conceito é também a busca pela subjetividade⁴ do homem e sua relação com o espaço que habita.

A história da casa foi um componente indispensável no desenvolvimento da intimidade humana, pois a casa representou a transição do nomadismo para a vida sedentária, a criação de núcleos urbanos e a vida em sociedade (ARIS, 2000). A *primeira “casa”*, após o homem deixar a caverna, foi a cabana primitiva, a qual foi chamada de “*edifício primeiro*”, a “*casa de Adão e Eva*”.

O termo *casa* é um substantivo feminino que pode significar: “Moradia; construção em alvenaria, com distintos formatos ou tamanhos, normalmente térrea ou com dois andares, geralmente destinada à habitação”, ou ainda, “Lar; ambientes onde pessoas de uma mesma família habitam o mesmo lugar; reunião dos indivíduos que compõem uma família ou um grupo social: a casa dos brasileiros” (RIBEIRO, 2020).

O termo *casa* pode ser entendido como *moradia*, *residência* e *habitação*. A palavra *morar*, em latim significa *permanecer*; *residência*, em latim significa *assentar-se* e *subsistir*; já *habitar*, deriva do verbo latim *habere*, que quer dizer lugar onde se estar bem (OLIVEIRA; SEIXAS; FARIA, 2013). Pode-se ainda dizer que *casa* é:

[...] Edifício de formatos e tamanhos variados, geralmente de um ou dois andares, quase sempre destinado à habitação. Família; lar. Conjunto de membros de uma família. Conjunto dos bens de uma família ou dos negócios e assuntos domésticos; e Lugar destinado a encontros, a reuniões ou à moradia de certas categorias de pessoas, cujos interesses, origens e cultura por vezes representam ou expressam (MUSSI; CÔRTE, 2010, p. 234).

⁴ A subjetividade pode ser entendida como o mundo interior de cada indivíduo. “É o espaço psíquico, lugar onde vivem as emoções, os sentimentos e também as percepções, a memória e a imaginação” (CORDEIRO, 2015, p.30).

O ato de morar é uma necessidade básica do ser humano, assim como comer e se vestir. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) a moradia não deve ser uma construção isolada, pois uma habitação adequada significa algo mais do que um teto sob o qual se é protegido. Essa moradia deve promover privacidade, espaço suficiente, acessibilidade física e segurança, além disso, deve ter estabilidade e durabilidade estrutural, iluminação, aquecimento e ventilação suficientes.

Para Rybezynski (1986) o bem estar proporcionado pela casa é uma necessidade fundamental para as pessoas, que está profundamente enraizada em cada uma e que precisa ser satisfeita. O bem estar proporciona a sensação de intimidade, privacidade, domesticidade e de um ambiente aconchegante, o qual é marcado pelos vestígios da vivência e da marca de cada um.

Bachelard (1996) em texto clássico, A Poética do Espaço, diz que o maior poder da casa é integrar os pensamentos, as lembranças e os sonhos das pessoas, o princípio que promove essa ligação é o devaneio. “A casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz” (BACHELARD, 1996, p. 26). O passado, o presente e o futuro proporcionam diferentes dinamismos a casa. A casa sempre está presente nos devaneios e lembranças das pessoas.

A grande atribuição do ato de morar é singularizar o espaço no qual se vive. Segundo Fischer (1990) a expressão “*minha casa*” vai além do significado de posse de um “bem”, esse termo possuí duas vertentes, a primeira diz respeito à proteção contra o mundo exterior e a segunda ao apego ao lugar como fator de identidade de quem o habita. Dessa maneira a casa representa uma espécie de defesa aos fatores externos, separa o mundo externo, o qual é inseguro e ameaçador, do interno, que é protegido. “*Estar em casa*” significa dispor de um espaço que, por um lado, se pode assinalar como uma marca e, por outro, delimita um território inviolável sobre o qual se exerce um direito. Como se lê:

Nessa comunhão dinâmica entre o homem e a casa, nessa rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico (BACHELARD, 2008, p.62).

Fustel de Coulanges (2006) elucida que a casa do grego ou romano trazia um altar, no qual sempre havia um pouco de cinzas e carvões acesos. Era obrigação do líder da família manter essa chama acesa. Toda manhã havia o cuidado de alimentar o fogo, para não deixá-lo morrer. O fogo era algo divino que era adorado e cultuado. Dessa maneira o deus do fogo era a providência da família. O fogo sagrado, além da ligação que possuía com o culto aos mortos, tinha como caráter essencial de pertencer a uma única família, era o fogo da *lareira* que agregava ao seu redor todos os componentes da família.

Mussi e Côrte (2010) trazem o sentido afetivo da palavra moradia. A casa – a moradia – é o lugar destinado à construção de relações, vínculos, uma espécie de reservatório de lembranças, de modo que qualquer detalhe, como um cheiro, um objeto, apresentam a maneira como ela é ressignificada pelos seus usuários. No interior da casa é onde se realizam grande parte das atividades, onde o corpo e a mente descansam e se sentem seguros do mundo exterior, onde se pode sonhar. No espaço privado da casa pode-se ser você mesmo, sem restrições.

Nas línguas de origem anglo-saxônica, diferentemente das línguas latinas, existe uma separação entre os termos *house* (casa no sentido material) e *home* (lugar onde se vive), em português os termos que mais se aproximam são *casa* (*house*) e *lar* (*home*). “*Home*’ significava a casa, mas também tudo que estivesse dentro ou em torno dela, assim como as pessoas e a sensação de satisfação e contentamento que emanava de tudo isso” (RYBCZYNSKI, 1986, p. 73).

Bachelard (1996, p.63 e 64), mais uma vez, afirma que:

[...] a casa é, a primeira vista, um objeto rigidamente geométrico. Somos tentados a analisa-la racionalmente. Sua realidade inicial é visível e tangível. É feita de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas. A linha reta predomina. O fio do prumo deixou-lhe a marca de sua sabedoria, de seu equilíbrio. Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição para o humano ocorre de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade.

Bachelard (1996) em sua obra, conforme citado acima, traz a casa como objeto rígido, com seus aspectos construtivos, o que é “visível e tangível”, mas também a casa como espaço que transcende para o humano,

que envolve aspectos que ultrapassam a edificação em si, o que pode ser entendido como *lar*.

A arquitetura de uma casa assume uma dimensão simbólica, produzindo sensações e significados, como resultado do sentido de pertencimento do indivíduo ao lugar que habita. Desse modo, “[...] o espaço arquitetônico se faz presente como abrigo de experiências e dos hábitos inerentes às diversas formas de morar” (CORDEIRO, 2015, p. 24).

Contudo algumas vezes a casa possui uma expressão negativa. Para algumas pessoas a casa pode representar um vazio, um local onde as pessoas não conseguem se conectar com elas mesmas e com o espaço. Essa casa é atravessada por significados negativos, pois as pessoas apenas ocupam esse espaço fisicamente, mas não afetivamente, não se apropriando dela ou se sentindo pertencentes a ela. Quando isso ocorre algo falhou, pois a casa deve ser um espaço de acolhimento, inclusive subjetivo. Assim,

Seja qual for a casa, ela é mais que sua construção concreta; ela é em essência subjetiva. Entendemos a subjetividade como nosso mundo interno. O espaço psíquico, lugar onde vivem as emoções, os sentimentos e também as percepções, a memória e a imaginação. Apesar de estarmos falando de um espaço individual e único, o meio social tem influência decisiva na constituição desse universo interior. O modo de vida, as oportunidades, as circunstâncias familiares e sociais é que vão dizer quais as condições de construção interna (CORDEIRO, 2015, p. 30).

A casa é o maior referencial, em termos físicos, de espaço depois do próprio corpo. “Ela – a casa – está na origem da nossa construção enquanto indivíduos” (CORDEIRO, 2015, p. 13). Assim, ao se construir uma casa deve-se levar em conta não somente seus aspectos construtivos, mas, sobretudo seus elementos subjetivos como as sensibilidades, valores, costumes e as relações que irão ocorrer naquele espaço.

A casa não é algo meramente objetivo, uma vez que é parte constituinte das pessoas e da sua formação enquanto sujeitos (LEITÃO, 2014). A casa é o lugar da interação entre o social e o particular; entre o público e o privado “Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É o corpo e é a alma. É o primeiro mundo do ser humano” (BACHELARD, 1996, p.26). Dessa

maneira pode-se considerar que a relação do indivíduo com sua moradia é um dos principais elementos para formação da sua identidade. Nesse sentido, escreve Rezende (2007, p. 115):

A casa é morada. A morada abraça a história de cada um com uma ternura quieta e desassombrada. Ela é como um cais, oceânico e amoroso, que guarda os cheiros das travessias dos corações. A morada de cada homem esconde o que se desfaria no mundo de fora, silencia os ruídos incômodos do dia, desfigura os fantasmas dos pesadelos da noite. A morada de cada homem esconde o que se desfaria no mundo de fora, silencia os ruídos incômodos do dia, desfigura os fantasmas pesados da noite. A morada de cada homem não encobre o seu corpo, mas se torna invisível quando a dor o adormece. Sabe que a medida da vida é apenas um sopro sem asas. Como se poderia contar a história, se ela se veste da subjetividade travessa de cada pessoa [...].

Em suma, *casa* pode ser entendida como a edificação propriamente dita, que está intimamente relacionada ao ato de habitar, o habitar corresponde ao setor mais privado, mais íntimo no interior do qual o ser humano pode se abrigar, transcende os aspectos físicos da construção em si. A partir dele a edificação ganha vida e surgem as relações simbólicas com o espaço repleto de significado para quem a habita, criam-se laços afetivos com o espaço e com os objetos que o compõem.

A *casa* torna-se um *lar* quando, metaoricamente, se “acende o fogo da lareira”, donde surgem os laços familiares e afetivos. O *lar* é experienciado a partir das relações interpessoais. Ou seja, a *casa* se tornará *lar* quando forem construídas relações verdadeiras entre as pessoas que habitam esse espaço e das pessoas com o espaço em que vivem. O *lar* é, pois, impregnado de símbolos, vai muito além do espaço físico.

Como se pode observar, *casa* como conceito universal possui diversas formas, diferentes concepções, que variam de acordo com os elementos culturais de cada povo ou civilização. Dessa maneira a *casa* pode ser estudada por múltiplas vertentes, diante de diferentes aspectos. Nessa pesquisa julgou-se pertinente estudar acerca da relação do usuário, as crianças e adolescentes em situação de acolhimento, com a *casa*, ou seja, as relações subjetivas entre o usuário e sua *casa*.

4 REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA PESQUISA DE CAMPO

4 REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA PESQUISA DE CAMPO

Existem fatores que podem vir a influenciar as relações simbólicas das crianças e adolescentes com o ambiente em que vivem. Nesse sentido foram definidos elementos, tomados da obra de Fischer (1990) e da escrita de Rybczynski (1986) para auxiliar na análise das instituições que são objeto de estudo desta pesquisa.

Segundo Fischer existe fatores do espaço que influenciam no comportamento dos usuários, são eles: *a densidade e amontoamento; o ruído; e o impacto do espaço organizado.*

A *densidade* diz respeito a uma simples relação entre o número de indivíduos e o espaço disponível para eles. Lugares com grande *densidade* apresentam efeitos psicológicos e sociais nas pessoas. A restrição de espaço tem diversos efeitos, situações de alta *densidade* de indivíduos em um determinado espaço podem provocar perturbações físicas e sociais.

O *amontoamento* assinala um estado psicológico gerado pelo fato de se estar em um lugar com um número de pessoas acima do ideal para a satisfação e o conforto esperado nesse local. Isso gera uma sensação negativa com relação ao conforto que se espera desse lugar. Esse sentimento de desconforto é produzido por uma situação de alta densidade, equivale a uma sensação de “perda de liberdade”. “O amontoamento é o sentimento de desconforto mais ou menos pronunciado produzido por uma situação de densidade” (FISCHER, 1990, p. 98).

O *amontoamento* pode ser classificado como *pessoal* ou *neutro*. O *amontoamento pessoal* diz respeito a um sentimento negativo produzido ao sentir o espaço pessoal invadido ou quando se é impossibilitado de agir no espaço em que se encontra, ou seja, uma falta de controle sobre determinado espaço, o que pode gerar sensação de insegurança. O *amontoamento neutro* se dá simplesmente pelas características físicas do espaço, como a “estreiteza”, por exemplo. Em resumo:

O amontoamento aparece assim como o resultado complexo de interacções entre densidade e situação social que serão vividas em termos de impressões subjectivas e de estado psicológico mais ou menos stressante. Este fenômeno mostra

que os comportamentos individuais e sociais, em resposta a aspectos espaciais vistos como constrangedores, determinam os limiares de adaptação em relação aos diversos ambientes (FISCHER, 1990, p. 101).

O ruído pode ser definido como uma sensação auditiva desagradável. Ele é um dos aspectos mais nocivos do ambiente urbano, está cada vez mais presente no ambiente interior das casas. O que pode acarretar falta de privacidade de quem habita aquele espaço, além de efeitos intelectuais e afetivos negativos, como afirma Moch (1985, apud FISCHER, 1990).

Já o *impacto do espaço organizado* diz respeito à influência que a edificação pode exercer sobre o comportamento das pessoas. A presença de artefatos simbólicos⁵ transmite mensagens sobre as pessoas que habitam certos espaços, reforçando o direito do indivíduo sobre o espaço. Esses artefatos possuem influência sobre a maneira como os membros de um grupo entendem uns aos outros e a vida em comum nesse lugar.

De acordo com Fischer (1990), isso leva a concluir que a dimensão simbólica de uma edificação diz respeito à relação entre o espaço arquitetônico e seus usuários, os quais decifram as mensagens emitidas por esses artefatos e reagem dando sentido, ou não, as atividades realizadas naquele espaço, as relações e ao espaço em si. Desse modo pode-se compreender que não diz respeito apenas às características físicas do espaço, mas ao papel que lhe é conferido.

Rybczynski (1986) por sua vez, trata a respeito da *intimidade* e *privacidade*; da *domesticidade*; da *luz e ar*; e do *conforto e bem estar*.

A *intimidade e privacidade* diz respeito ao aconchego que o espaço traz o que não é necessariamente sua organização ou decoração. São espaços com memórias pessoais, que trazem a ideia de nostalgia. No qual o usuário pode ser ele mesmo, sem ter seu espaço invadido por outras pessoas.

A *domesticidade* tem relação com o sentido de *lar*, seu conceito envolve múltiplos aspectos, os quais já foram explorados no decorrer deste texto, são eles: *privacidade*, *conforto*, o conceito do *lar* e da família, este compete ser tratado por uma pesquisa futura. Diz respeito à afeição do usuário

⁵ Davis (1984, apud FISCHER, 1990, p. 108) “[...] chama artefacto simbólico aos aspectos do ambiente físico que orientam a interpretação dada ao espaço organizado que se ocupa, individual ou coletivamente; [...]”

pelo seu *lar*, “[...] a uma sensação da casa como incorporadora – e não somente abrigo – [...]” (RYBCZYNSKI, 1986, p. 85).

A *luz e ar* podem ser traduzidos no que se conhece na arquitetura por “conforto físico ambiental”. Diz respeito ao aquecimento, à ventilação, à iluminação, e ao fornecimento de água quente e fria.

Segundo Rybczynski (1986, p. 223) “O bem-estar doméstico é uma necessidade humana fundamental, que está profundamente enraizada em nós e que precisa ser satisfeita”. Já o termo *conforto* citado aqui não é o “conforto físico ambiental”, mas sim a ideia de prazer, satisfação, *bem estar*, lazer, *domesticidade*, *intimidade* e *privacidade*. O *conforto* é reconhecido quando se sente bem no espaço, envolve uma combinação de sensações que não são apenas físicas, mas também emocionais e intelectuais que segundo o autor torna o *conforto* impossível de medir, sendo uma sensação única e individual.

5 PROPOSTA DA PESQUISA

5 PROPOSTA DA PESQUISA

Na proposta da pesquisa, especialmente no trabalho de campo, os termos *casa* e *lar*, conforme citado na introdução, serão tratados como sinônimos. Ou seja, ambos serão entendidos a partir da dimensão simbólica e afetiva que os termos carregam, englobando tanto os aspectos físicos quanto as questões subjetivas do espaço habitado. Entende-se que:

[...] a arquitetura passa a produzir sensações e significados, assumindo também uma dimensão simbólica, como resultado de um sentimento de pertencimento do indivíduo com o seu lugar de moradia. Nesse sentido, o espaço arquitetônico se faz presente como abrigo de experiências e dos hábitos inerentes às diversas formas de morar (CORDEIRO, 2015, p. 24).

5.1 OBJETIVOS

5.1.1 Objetivo Geral

Avaliar como o ambiente das *Casas Lares* pode refletir ou influenciar o processo de apropriação e afetividade das crianças e adolescentes com o espaço habitado, de modo a possibilitar um suporte físico e emocional advindos de um *lar*.

5.1.2 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o cumprimento das normas e diretrizes, relacionadas aos aspectos físicos que regem as *Casas Lares*, bem como sua efetividade;
- b) Identificar as dimensões espaciais da casa de modo a ver se estão compatíveis com as necessidades das crianças e adolescentes;
- c) Avaliar se o cumprimento das normas e diretrizes auxiliam nas necessidades subjetivas das crianças e adolescentes com relação ao espaço em que vivem.

5.2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa foi construído e reconstruído diversas vezes, bem como os objetivos específicos, a fim de obter um melhor resultado. Esse processo não foi linear, sucedeu-se de maneira bastante reflexiva, de modo que foram feitas várias análises e reanálises, a partir dos assessoramentos, das contribuições da banca de qualificação, das pesquisas bibliográficas e do trabalho de campo.

Após a banca de qualificação, a qual ocorreu no dia 02 de maio de 2019, a pesquisa tomou um novo direcionamento que levou à formulação deste texto final. No mês de junho de 2019, a pesquisa foi submetida ao *Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco*. O processo de coleta, envio e aprovação da documentação pela “Plataforma Brasil” durou em torno de cinco meses, após a aprovação a pesquisadora foi autorizada a ir a campo para coleta de dados e conclusão da pesquisa.

Em meados de março e durante o mês de abril ocorreria a pesquisa de campo na segunda instituição analisada, a *Aldeias Infantis SOS Brasil*, a qual precisou ser adiada até meados do mês de agosto devido ao contingenciamento domiciliar para combate ao COVID-19, que inviabilizou o acesso da pesquisadora ao local de estudo durante todos esses meses. Porém, mesmo após a autorização da visita da pesquisadora ao local foram feitas algumas restrições, sendo a maior delas a inadmissão do contato da pesquisadora com as crianças e adolescentes acolhidas. Devido a isto se fez necessário adaptar parte da aplicação da metodologia de campo a fim de se concluir a pesquisa em tempo hábil.

Para a realização deste trabalho foram analisadas duas *Casas Lares*, as quais serão apresentadas de maneira mais detalhada ao longo do trabalho. A primeira é a *Casa Lar SEMAS* e a segunda *Aldeias Infantis SOS Brasil*, esta é constituída de 14 unidades voltadas para o serviço de acolhimento, sendo duas delas do tipo *Casa Lar*.

A amostra abrangeu as crianças e adolescentes residentes nas *Casas Lares*. O tamanho da amostragem foi de dezessete crianças e adolescentes, pois a *Casa Lar SEMAS* estava com oito acolhidos no momento da realização

da pesquisa e a *Aldeias Infantis SOS Brasil* com onze, porém apenas nove participaram da dinâmica proposta pela pesquisadora.

5.2.1 Procedimentos Metodológicos

Gerhardt e Silveira (2009) propõem uma classificação do tipo de pesquisa quanto à natureza, aos objetivos e aos procedimentos. Diante desses aspectos a presente pesquisa possui etapas *quantitativas* e etapas *qualitativas*.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

1. Identificação das unidades a serem analisadas:

A escolha por analisar a *Casa Lar SEMAS*, se deu devido ao fato da autora residir na cidade onde a mesma está localizada, sendo ela a única instituição desse segmento na capital de Alagoas. Já a definição por analisar a *Aldeias Infantins SOS Brasil* ocorreu em virtude da sua localização, próxima a cidade de Recife- PE, além de ser uma *Casa Lar* “modelo”, pois rege diversas Casas *Lares* no Brasil. Com isso a pesquisa pretende analisar ambas e comparar os aspectos que as diferenciam. Sobretudo devido ao fato de a primeira ser adaptada, ou seja, o local onde se encontra não foi construído com a finalidade de ser uma *Casa Lar*, e a segunda seguir às diretrizes do manual de *Orientações Técnicas*, quanto à edificação.

2. Avaliação dos aspectos físicos das instituições

a) Levantamento de dados:

Nessa etapa foram levantadas normas, manuais, diretrizes e seus aspectos relacionados ao espaço físico das instituições do tipo *Casa Lar*. Também se realizaram visitas aos locais de estudo para levantamento fotográfico, levantamento arquitetônico e coleta de dados.

b) Observação nas Casas *Lares* em estudo:

A observação é um processo enriquecedor e necessário à esta pesquisa, pois permitiu a pesquisadora descobrir como as Casas *Lares* efetivamente funcionam. A principal característica dessa observação foi a

inserção da pesquisadora no campo, obtendo acesso a ele e às pessoas que nele estavam inseridas, no caso da *Casa Lar SEMAS*.

A escolha pela observação como técnica de pesquisa se justifica porque essa técnica permite:

I. *Observação descritiva*- essa etapa serve para fornecer ao pesquisador uma orientação para o campo de estudo;

II. *Observação focalizada*- delimita a perspectiva da pesquisadora aos processos e problemas que são mais essenciais as questões da pesquisa.

c) Produção de planta baixa e organofluxograma:

Essa etapa foi realizada com base no levantamento arquitetônico e coleta de dados, a fim de analisar o cumprimento das normas no que diz respeito à setorização das instituições.

d) Avaliar as instituições segundo aspectos baseados na obra dos autores Fischer (1990) e Rybczynski (1986).

Baseado na produção do primeiro autor tem-se: a *densidade* e *amontoamento*; o *ruído*; e o *impacto do espaço organizado*.

O segundo traz diversas concepções acerca da casa, porém nessa etapa serão avaliados os aspectos que dizem respeito aos atributos espaciais da instituição, são eles: a *intimidade e privacidade*; a *luz e ar*, a *domesticidade*; e o *conforto e bem estar*.

e) Análise dos parâmetros físicos do manual de *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento*:

Nesse estágio da pesquisa foram realizadas avaliações comparativas entre os aspectos físicos exigidos pelo manual e os aspectos físicos existentes nas instituições em estudo, avaliando o seu devido cumprimento.

f) Avaliação segundo os parâmetros utilizados pela pesquisa do IPEA (2004), a qual foi abordada anteriormente (capítulo 2, item 2.2):

A pesquisa considera dois atributos para análise da adequação das edificações existentes no país:

I. As características de acesso à infraestrutura;

II. As características físicas do abrigo.

3. Avaliação dos aspectos subjetivos das instituições

a) Produção de desenhos pelas crianças e adolescentes acolhidos:

As crianças, assim como os adultos, possuem múltiplas linguagens, que vão além da verbal. Algumas dessas linguagens são por vezes, mais satisfatórias à comunicação do que outras, como o uso da “palavra”. O desenho infantil insere-se entre as mais importantes formas de expressão das crianças, ele antecede a própria comunicação oral, pois antes mesmo de falar as crianças rabiscam. O desenho infantil não representa apenas uma realidade exterior à criança e ao adolescente, mas mostra a maneira que eles “apreendem o mundo”. O desenho infantil tem a função de comunicar. “O desenho, afinal, é a expressão de uma das coisas que as crianças fazem mais sério: brincar” (SARMENTO, 2011, p. 51).

A produção do desenho facilita a expressão da criança utilizando uma atividade que faz parte do cotidiano e que privilegia a expressão de ideias, vontades e emoções (NATIVIDADE et al., 2008).

Nessa etapa, foi disponibilizado um período para que as crianças produzissem desenhos referentes à “sua casa”. De modo que a pesquisadora deu a seguinte diretriz: “Desenhe a sua casa”. Para realização dessa etapa foram disponibilizados papéis em branco, lápis de cor, lápis hidrocor colorido, lápis de cera, lápis de madeira, borracha e régua.

b) Descrição dos desenhos produzidos pelos seus autores:

Em um momento subsequente à produção dos desenhos houve um espaço destinado à interpretação do material produzido pelas crianças e adolescentes. Esse momento foi realizado em grupo, pois se pressupôs que dessa forma as crianças e adolescentes ficariam menos inibidas e a conversa ocorreu de maneira fluida e natural.

Inicialmente foi solicitado a cada um: “Fale sobre o seu desenho para os seus colegas”, e a partir daí surgiram novas diretrizes, porém sempre com cuidado, por parte da pesquisadora, em produzir comentários que não

induzissem a respostas pré-determinadas. A realização desta etapa pela autora só foi possível na *Casa Lar SEMAS*, na *Aldeias Infantis SOS Brasil* foram necessárias algumas adaptações, pelas razões já expostas (Pandemia do COVID-19).

c) Análise dos desenhos centrada na criança e na sua produção:

Os desenhos foram analisados em um triplo enquadramento, de modo a articular várias dimensões de análise: a primeira, como um ato realizado por um sujeito específico, onde existe saber, vontade, capacidade físico motora, destreza técnica, emoções e afetos que o singularizam; a segunda, de acordo com o quadro cultural que ajuda a desenvolver ou inibir a expressão gráfica da criança, que se dá a partir das representações sociais sobre a infância; e terceiro, como uma expressão geracional específica, que os distinguem dos adultos, que necessitam ser lidas de acordo com a gramática interpretativa da cultura da infância. Ou seja, a interpretação dos desenhos articulou dimensões subjetivas, socioculturais e geracionais no escopo (SARMENTO, 2011).

Ademais, se produziram anotações durante a pesquisa de campo, seja como material complementar, seja como recurso importante para análise e enriquecimento das informações dos instrumentos descritos anteriormente.

5.3 ESTUDO DE CASOS

Como foi dito, para a realização desta pesquisa foram analisadas duas instituições classificadas como *Casa Lar*, a fim de que haja uma maior legitimidade com relação aos dados coletados e as conclusões atingidas. Desse modo, buscou-se compreender até que ponto o atendimento às diretrizes e parâmetros físicos são suficientes para promoção de laços afetivos e qualidade de vida para as crianças e adolescentes que residem nesse tipo de instituição.

5.3.1 *Casa Lar SEMAS*

A Unidade de Acolhimento Institucional *Casa Lar* da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), realiza atendimento exclusivo para

grupos de irmãos biológicos de ambos os sexos, crianças ou adolescentes, que foram vítimas de violação de direitos. Ela está localizada no bairro de Jacarecica, no município de Maceió, Alagoas, sendo a única instituição desse segmento na capital, por questões de segurança a localização e a imagem da fachada não serão expostas.

A instituição foi fundada no ano de 2014, ou seja, posterior à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), baseou-se em uma proposta não governamental, através de um convênio com a *Aldeias Infantis SOS Brasil*, a qual também é objeto de estudo da pesquisa. Ela segue um modelo reconhecido pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual deixou de existir durante o atual governo do país, e também pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Atualmente a *Casa Lar* funciona sem convênio, sendo gerida apenas pela SEMAS. A instituição tem capacidade de atender no máximo dez crianças e adolescentes simultaneamente. No momento da realização da pesquisa ela estava acolhendo oito menores, sendo dois deles com idade inferior a 7 anos e os demais entre 7 e 18 anos (incompletos), os quais encontram-se no período chamado de “adoção tardia”.

Os funcionários da *Casa Lar* são profissionais capacitados, contratados pela secretaria, além da equipe de serviço que faz parte de uma empresa terceirizada, que presta serviços à instituição. A equipe é constituída por: uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga, uma coordenadora geral, uma cozinheira, um “serviços gerais” e cinco educadoras, as quais se alternam em plantões.

Das oito crianças que se encontram na instituição, durante o andamento da pesquisa, seis frequentam a escola, os dois mais novos são recém-chegados à instituição, por isso ainda não foram matriculados em nenhuma escola, pois o ano letivo já havia se iniciado.

Dentre os serviços básicos especializados apenas o atendimento pedagógico e psicológico são realizados na instituição. Outros tipos de atendimento como odontológico, por exemplo, acontecem fora da *Casa Lar*. Nesses casos, as crianças e adolescentes são conduzidas por um transporte da prefeitura, o qual realiza qualquer translado necessário para o atendimento

aos menores acolhidos, ou a pé. Pôde-se notar que os abrigados que já são adolescentes realizam grande parte das atividades a pé.

A Casa Lar SEMAS está vinculada ao programa “menor aprendiz”, o que possibilita que dois dos adolescentes acolhidos tenham um trabalho remunerado. Isso é muito importante para eles, pois ao completarem 18 anos necessitam deixar a instituição e a experiência profissional é indispensável nesse momento, a fim de evitar a marginalização desses jovens.

5.3.2 Aldeias Infantis SOS Brasil

As *Aldeias Infantis SOS* surgiram no ano de 1949, com o educador Hermann Gmeiner, em Imst, Áustria, com o objetivo inicial de acolher crianças órfãs, vítimas da II Guerra Mundial. Com o passar do tempo o campo de atuação foi ampliado, com programas para famílias, comunidades, defesa de direitos e ações voltadas à saúde e nutrição, centros educacionais e promoção de direitos das mulheres, além do auxílio em emergências. Atualmente, encontra-se a instituição em 135 países e territórios, atuantes no atendimento às crianças em situação de vulnerabilidade social, que perderam ou estão prestes a perder os cuidados de suas famílias.

O projeto também apoia famílias em situação de risco, com o intuito de prevenir situações que levem ao abandono físico e emocional das crianças. As *Aldeias Infantis SOS* trabalham para mudar a realidade, por meio de projetos de fortalecimento de famílias, com formação profissional e inserção ao mercado de trabalho. Além de proporcionar, diariamente, atividades educativas para milhares de crianças e adolescentes.

O projeto antecede a criação do ECA (1990), porém adequou-se às suas diretrizes. Ele atua no Brasil, há mais de 50 anos, com 187 projetos, em 27 localidades do país, de modo que já atendeu cerca de 120 mil crianças e adolescentes. Uma dessas unidades localiza-se no estado de Pernambuco, no centro da cidade de Igarassu (figura 2), a objeto de estudo desta pesquisa. O programa afirma que:

Nosso programa está embasado nos principais documentos de garantia de direitos da criança e do adolescente, fomentando e

fiscalizando o cumprimento da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1989, e do que prevê a legislação brasileira no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Figura 1- Localização da *Aldeias Infantis SOS Brasil*, Igarassu, Pernambuco



Fonte: Google Maps, 2020 (adaptada pela autora).

O complexo em estudo é composto por 14 casas (figura 3) que são voltadas para os diversos tipos de serviço de acolhimento, sendo apenas duas delas voltadas para o acolhimento do tipo *Casa Lar*.

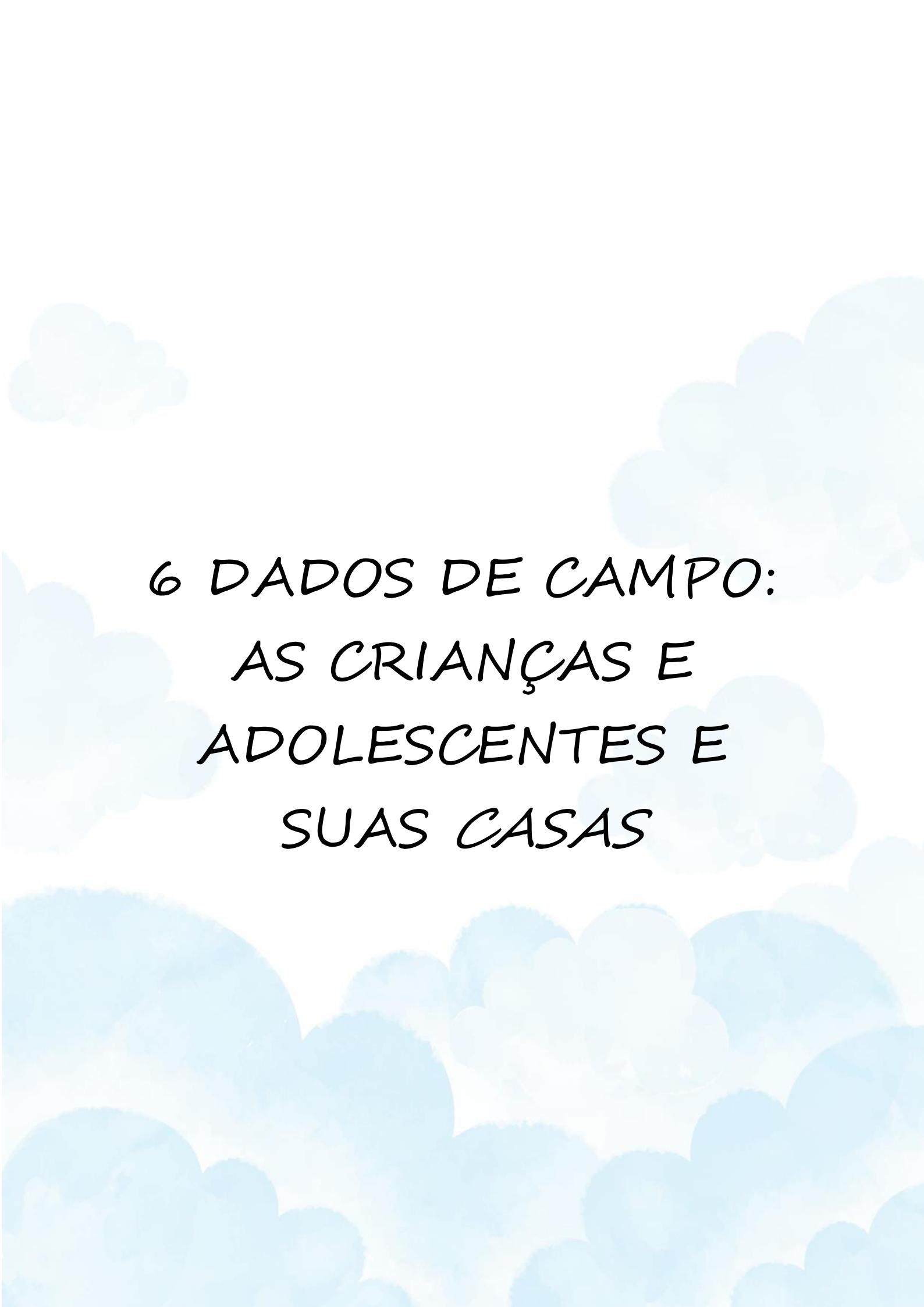
As demais casas estão em desuso, pois inicialmente o complexo foi projetado para atender todo o estado de Pernambuco, porém a partir da determinação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, no ano de 2006, cada município se tornou responsável por atender a demanda local. O que é um desperdício no que diz respeito à questão financeira, pois foi realizado um grande investimento no local a fim de atender uma grande demanda. Entretanto no que se refere às questões de acolhimento essa determinação visa evitar o afastamento das crianças e adolescentes das suas famílias, parentes e cidades de origem.

Figura 2- *Aldeias Infantis SOS Brasil*, unidade Igarassu, Pernambuco



Fonte: Aldeias Infantis SOS Brasil.

As primeiras crianças foram acolhidas no ano de 2007. Cada casa é considerada um núcleo familiar, podendo receber até nove crianças, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos. Em cada unidade duas mães sociais, as quais se alternam em plantões no local, são responsáveis pelo cuidado e projeto de vida de cada criança e adolescente. Nas unidades de acolhimento são garantidos direitos básicos como: alimentação, educação, saúde, lazer e o direito à convivência familiar e comunitária.



6 DADOS DE CAMPO: AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS CASAS

6 DADOS DE CAMPO: AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS CASAS

6.1 CASA LAR SEMAS

Como deliberado pelo manual de *Orientações Técnicas*, a instituição localiza-se em uma área residencial, em um bairro de classe média baixa, para que não distorça da realidade de onde a maioria dos acolhidos é proveniente. No entanto, durante a pesquisa observou-se que a maior parte dos acolhidos provém de lugares de extrema pobreza. A fachada é semelhante a uma residência comum e não possui placas, nem nenhum tipo de nomenclatura que possibilite sua identificação, conforme citado anteriormente optou-se por não expor a fachada da instituição.

6.1.1 Análise Física Espacial

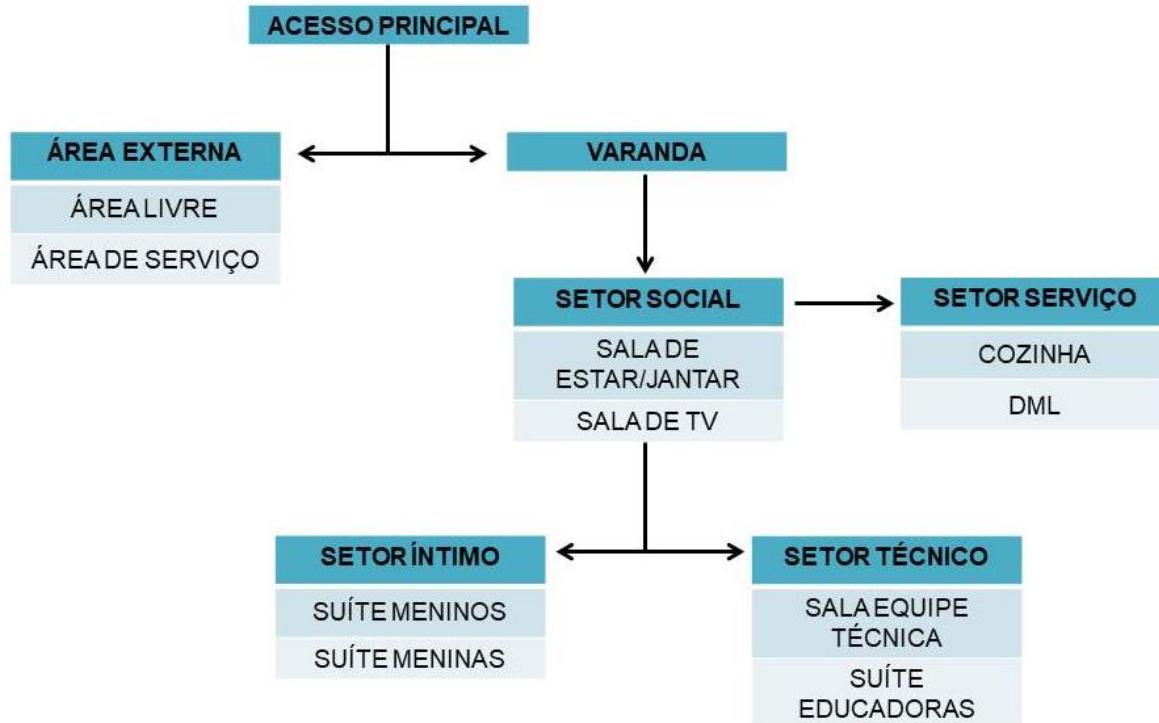
Neste item a instituição será analisada de acordo com os aspectos baseados nas obras de Fischer (1990) e Rybczynski (1986): *densidade e amontoamento; ruído; impacto do espaço organizado; intimidade e privacidade; luz e ar* –“conforto físico ambiental”; *conforto e bem estar*. Além disso, serão analisados os parâmetros físicos do manual de *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento* e seu cumprimento.

A organização espacial da instituição não é ideal, devido ao fato dela fazer uso de uma edificação que foi construída para uma família “tradicional”, sendo assim foram necessárias algumas adaptações a fim de que a mesma exercesse a função de *Casa Lar*. Devido ao fato dela não ter sido projetada com a finalidade de atender a demanda de uma *Casa Lar* existem problemas com relação a setorização e distribuição dos ambientes.

Segundo as diretrizes do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, deve-se destinar um espaço específico para o desenvolvimento das atividades do setor técnico, contudo isso não ocorre na instituição em análise. Pode-se perceber que não há um programa arquitetônico definido, de modo que os setores se misturam (figura 4 e figura 5). O setor técnico fica ao lado do quarto das meninas, o quarto dos

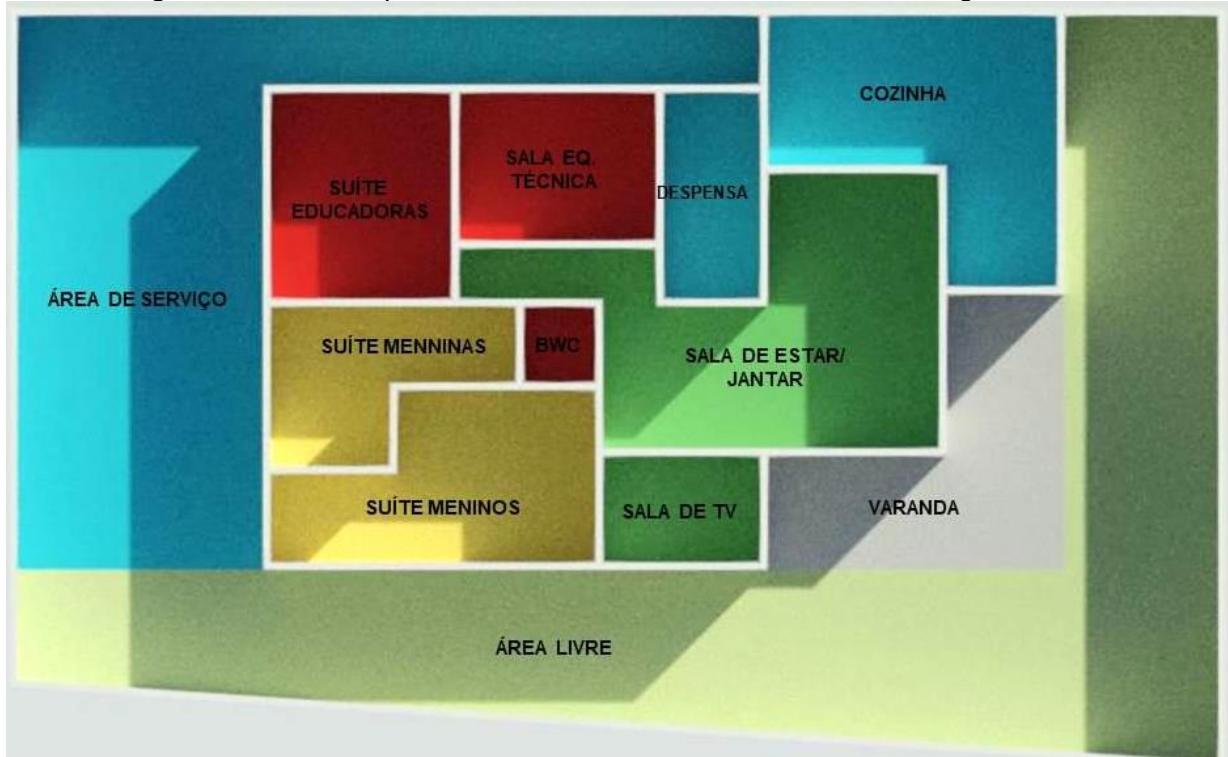
meninos fica ao lado da sala de estar, não havendo uma definição bem estabelecida dos setores.

Figura 3- Organofluxograma da Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4- Planta esquemática da Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5- Legenda da planta esquemática da Casa *Lar SEMAS*, Maceió, Alagoas

REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
	Setor Técnico
	Setor Social
	Setor Serviço
	Setor Íntimo
	Área Livre descoberta
	Área Livre coberta

Fonte: Dados da pesquisa.

O acesso a *Casa Lar* se dá pela área livre (figura 7), a qual se localiza logo na entrada da residência. Esta área deveria ser destinada ao lazer das crianças e adolescentes, porém praticamente não possui vegetação, além de que o pouco que existe não recebe os cuidados adequados. Essa área está localizada no poente, o que torna as atividades de lazer impraticáveis devido ao calor, o qual é acentuado em virtude do tipo de pavimentação utilizada no local.

Figura 6- a) Área livre na parte da frente da *Casa Lar SEMAS* e varanda; b) Área livre na lateral da *Casa Lar SEMAS*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A área livre está ligada à varanda (figura 8), que possui um pouco de sombra por ser um espaço coberto, porém é bastante quente e não possui nenhum atrativo que proporcione lazer aos menores.

Figura 7- Varanda da Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

De modo geral os espaços, que já são bastante limitados, destinados ao lazer, se mostraram sem manutenção e mal cuidados, o que dificulta seu uso e o processo de apropriação por parte dos acolhidos.

Todavia existe um ponto positivo no que diz respeito à área externa. O manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* diz que se deve priorizar a utilização de equipamentos públicos ou comunitários de lazer, o que é bastante praticado, pois a instituição encontra-se a três quadras da orla marítima da cidade. Isso possibilita um fácil acesso das crianças e adolescentes à mesma. Durante a observação realizada no local eles relataram que costumam ir diariamente “brincar” na orla e nos finais de semana vão tomar banho de mar.

Durante o processo de observação pôde-se notar que as crianças acabam utilizando a área de serviço (figura 9) para as atividades de lazer, pois ela possui uma área ampla e uma parte coberta, contudo esse espaço também é extremamente quente e desorganizado, com alguns entulhos e equipamentos sem uso.

Figura 8- Área de serviço da Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Na parte interna da edificação estão localizados todos os demais setores: técnico, social, íntimo e serviço, os quais estão dispostos sem uma setorização bem definida. Conforme citado anteriormente não há uma divisão entre esses setores, o que de acordo com o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* deveria ocorrer, pois o setor técnico deve estar instalado em uma área com uso exclusivo para esta finalidade.

A área social é composta pela sala de TV (figura 10) e sala de estar-jantar (figura 14), o fato de a sala de jantar estar conectada à sala de estar não desrespeita o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, pois o mesmo permite que isso ocorra, porém não há lugar na mesa para que todas as crianças realizem as refeições simultaneamente, além da educadora, a qual realiza essa atividade junto com eles, isso gera um certo tumulto no momento das refeições. Esse aspecto está em desacordo com as orientações do Manual, pois ele determina que a sala de jantar deve ter espaço suficiente para acomodar o número de usuários e suas educadoras simultaneamente.

Figura 9- Sala de TV Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 10- a) Sala de estar Casa Lar SEMAS; b) Sala de jantar Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A sala de TV é uma espécie de antessala, não possui lugar para sentar, nem tapete, as crianças assistem TV deitadas no chão, além de possuir um armário em desuso, o qual ocupa um espaço que poderia ser aproveitado de maneira mais adequada para que os menores usufruíssem desse ambiente. A sala de TV está diretamente ligada à sala de estar, o que possibilita que parte das crianças e adolescentes fique assistindo do sofá, porém os dois sofás existentes são pequenos e também acabam sendo insuficientes para o número de usuários do local.

Observou-se que o horário de uso da TV não é livre, existem horários pré-determinados, a não ser nos finais de semana. Quanto à metragem sugerida pelo manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* de 1m² por habitante o espaço das salas atende a

essa especificação. O ambiente é bastante quente, porém possui dois ventiladores que ajudam a amenizar a temperatura interna.

Ligada à sala de jantar encontra-se a cozinha (figura 12), a qual atende as recomendações do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Possui espaço suficiente para guardar os utensílios e não utiliza fogão industrial, nem materiais que remetam a esse tipo de estrutura. Durante o processo de observação pôde-se notar o livre acesso a esse cômodo para os adolescentes, sendo restrito apenas para as duas crianças menores de sete anos, por questões de segurança.

Figura 11- Cozinha da Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Os mantimentos ficam armazenados na despensa, a qual tem um espaço amplo e estava bem abastecida durante todas as visitas. A comida é preparada por uma funcionária e os menores participam da organização da mesa, além de retirarem as panelas e os pratos ao final das refeições. O que é um ponto positivo, pois é importante que eles participem das atividades domésticas. Constatou-se que não há uma ordem pré-determinada de quem lava o que e quando, o que gera algumas discussões entre os menores, a respeito de quem deve realizar a atividade, além disso, a pia também é bem pequena para a demanda do local.

O espaço destinado à equipe técnica se resume a uma sala (figura 13), a qual também é utilizada pela coordenação e como sala de reuniões. Essa sala não possui espaço suficiente para a realização de todas as atividades que nela ocorrem: pedagógicas, psicológicas e de assistência social, além das

atividades relacionadas à coordenação e reuniões, as quais deveriam ter uma sala à parte, com este fim.

Figura 12- Sala da equipe técnica da *Casa Lar SEMAS*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Além dessa sala existe uma suíte (figura 14) destinada às educadoras que dormem no local, porém ela aparenta ser um espaço improvisado, servindo também como uma espécie de depósito de alguns itens que estão em desuso, o que a transforma em um ambiente desconfortável, descuidado e impessoal.

Figura 13- Quarto para as educadoras da Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Os quartos atendem às diretrizes básicas do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, o qual diz que deve ter quatro crianças em cada unidade, podendo chegar a seis, em casos excepcionais, além de respeitar a individualidade das camas, beliches e armários, bem como um banheiro destinado ao mesmo número de usuários.

Tanto o quarto das meninas (figura 15) quanto o quarto dos meninos (figura 16) respeitam essa diretriz. Entretanto, pode-se observar que mesmo seguindo essa orientação, o espaço dos dormitórios não é suficiente para acolher de maneira confortável a quantidade de crianças e adolescente que vivem nesses cômodos.

Figura 14- Quarto das meninas da *Casa Lar SEMAS*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 15- - Quarto dos meninos da Casa Lar SEMAS



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O *amontoamento* é uma característica marcante nesses espaços, principalmente no quarto dos meninos, pois não há uma definição do espaço pertencente a cada um, o que torna o ambiente desconfortável e impessoal.

O espaço individual dos acolhidos se resume a sua cama e um pequeno armário e alguns objetos pessoais, dispostos nas camas e nos armários, o que obedece a diretriz do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, porém isso não é suficiente para o desenvolvimento do senso de *intimidade e privacidade*. Além do mais a presença do *amontoamento* acentua a ausência de *intimidade e privacidade* por parte dos acolhidos.

Além disso, esse cômodo está ligado à área livre na parte da frente da casa, a qual se encontra no poente, ou seja, o quarto não possui as condições ideais de conforto térmico, ainda que ambos os quartos possuam um aparelho de ar condicionado, o que ajuda a amenizar a temperatura no período da noite, quando os aparelhos são ligados.

No que diz respeito ao espaço destinado ao estudo, o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* diz que pode haver um local específico destinado a este fim, podendo também estar inserindo nos quartos, por exemplo. Porém não há nenhum espaço com esta finalidade na *Casa Lar*. O que existe é uma mesa (figura 17), a qual está guardada nos quartos das educadoras e encontra-se em desuso.

Figura 16- Mesa de estudos em desuso da *Casa Lar SEMAS*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

As crianças e adolescentes realizam as atividades escolares e estudam na mesa da sala de jantar, a qual está ligada a cozinha e a sala de estar, ou seja, é um espaço bastante turbulento, o que acaba prejudicando o processo de concentração e aprendizagem dos menores, causado pelo *amontoamento* e a falta de *conforto*.

A *luz* e *ar* podem ser traduzidos no que se conhece na arquitetura por “conforto físico ambiental”. De modo geral o que se pode afirmar é que o conforto térmico da *Casa Lar* deixa a desejar devido à sua localização, poente, bem como à ausência de estratégias projetuais que reduzam o problema. Essa deficiência é um pouco minimizada a partir do uso de ventilação artificial, porém isso não é suficiente para suprir toda a necessidade da unidade. Já o conforto luminoso atende de forma adequada a demanda do lugar, pois a edificação possui várias aberturas que possibilitam a entrada de uma boa iluminação natural, além da iluminação artificial que ajuda a suprir a demanda do local.

Quanto ao *conforto e bem estar*, pode-se dizer que no geral existem mais pontos que contribuem negativamente para esses aspectos, como a falta de ventilação adequada, o *amontoamento*, a ausência de espaços de lazer, bem como a falta de privacidade. Porém conta com o fácil acesso a orla como um forte ponto positivo.

Provavelmente o *amontoamento* na Casa Lar SEMAS apresenta problemas como exposto no item anterior. O *amontoamento pessoal*, com relação aos aspectos subjetivos, provoca o sentimento de não dominar os elementos do ambiente no qual as crianças e adolescentes se encontram, fazendo com que eles sintam-se dependentes das características físicas e sociais daquele espaço. O que, acredita-se, pode resultar em um sentimento negativo de insegurança e falta de pertencimento.

O *ruído* é bastante presente na instituição (figura 18), principalmente o ruído de circulação (carros, motos, ônibus etc), pois o abrigo localiza-se em uma grande avenida da cidade, na área de maior expansão urbanística da capital. Além do fato da construção se encontrar extremamente próxima a um viaduto, que está passando por uma grande obra há anos, a qual potencializa o ruído no local.

Figura 17- Vista da avenida em frente a Casa Lar SEMAS, Maceió, Alagoas



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

De modo geral as crianças e adolescentes da Casa Lar SEMAS não possuem o sentimento de *domesticidade* pelo espaço que vivem, pois a *domesticidade* é constituída a partir da *privacidade*, do *conforto*, do conceito de

lar e da família. De modo que a instituição falha em todos esses aspectos sendo assim, torna-se difícil o desenvolvimento do sentimento de *domesticidade*, em sua completude, pelos menores acolhidos.

Baseados em parâmetros que foram aplicados em pesquisa do IPEA (2003), indicada anteriormente, quanto às “características relacionadas à infraestrutura”, a instituição atende a todos os quesitos. São eles: abastecimento de água, abastecimento de luz e esgotamento sanitário.

No que diz respeito às “características físicas do abrigo” as paredes externas e internas são feitas em alvenaria, não possuindo divisórias de outros materiais. A instituição cumpre sua função de proteção contra intempéries e manutenção da privacidade em relação ao meio social. Os cômodos internos também são divididos por paredes em alvenaria, o que segundo a pesquisa influencia em fatores importantes como o silêncio, a privacidade, o descanso e segurança. Quanto a esses quesitos a distribuição de paredes exerce sua função com relação à segurança, porém, conforme citado, o *amontoamento* não possibilita que o silêncio, a privacidade e o descanso ocorram de maneira efetiva na instituição.

Mesmo o modelo de acolhimento do tipo *Casa Lar* tentando se aproximar o máximo possível de um *lar* “comum”, a partir da presença constante de educadores, essa assimilação não ocorre na instituição em análise. Pois há uma grande rotatividade de educadoras na *Casa Lar SEMAS*, o que dificulta o fortalecimento desses vínculos, além do fato de impossibilitar uma rotina semelhante a de uma casa. Como se pôde perceber durante a observação, cada educadora possui seus métodos e regras de organização da rotina das crianças e adolescentes, dificultando o desenvolvimento da *domesticidade*.

6.1.2 A Produção dos Desenhos

Esta etapa foi realizada no dia sete de março de 2020, com duração de duas horas e meia. Para descrição dos desenhos produzidos pelas crianças e adolescentes da *Casa Lar SEMAS* serão utilizados pseudônimos, a fim de preservar a identidade dos acolhidos.

1) O desenho a seguir (figura 19) foi feito por Maria que tem 17 anos, dentre os acolhidos ela obteve maior concentração e dedicação para a realização da atividade. Em sua fala relatou que essa era “*sua casa*”, a qual se localizava em uma gruta no município de Maceió, Maria vivia nesta casa com sua mãe biológica e seu irmão biológico, que já esteve na instituição e foi adotado por uma das funcionárias da *Casa Lar SEMAS*.

Figura 18- Desenho da Maria



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O desenho ocupa todo o espaço da folha, com o plano do céu e do chão definidos. Nele a família aparece do lado de fora da casa, Maria se representa de mãos dadas com sua mãe e seu irmão, mostrando o desejo de estarem juntos e como ela se sentia segura ao estar com eles. Através da distribuição das cores no desenho pode-se observar que as cores mais fortes foram utilizadas nos elementos da natureza - a árvore e o sol - e na representação da família, que se encontra em frente à casa, como elemento de destaque no desenho, deixando a casa, em si, em segundo plano. Maria traz o número da casa em seu desenho, o que mostra que aquela casa, especificamente, possui grande valor e significado para ela e que ela se reconhece naquele local.

Em frente à casa existia uma árvore grande e ao lado dela estão desenhados três sacos, que representam os recicláveis que sua mãe recolhia e deixava do lado de fora. Maria relatou que “mesmo sendo catadora de recicláveis e ganhando pouco sua mãe nunca deixou faltar nada e que gostava muito de lá, porque mesmo sendo simples eles tinham tudo que precisavam”, levando a concluir que o amor, carinho e dedicação que existia naquele *lar* fazia toda diferença. No desenho Maria fez uso de elementos como o sol, árvore e pássaros, representados por cores fortes, o que mostra a maneira alegre que ela se recorda desse lugar, o qual traz segurança para ela. Durante a fala ficou claro sua emoção ao se lembrar da “*sua casa*” e da sua mãe biológica, o que deixou nítido que a *Casa Lar SEMAS* não é o seu *lar*.

2) João é o mais velho da instituição, está bem próximo de atingir a maioridade. Ele resolveu desenhar (figura 20) sua “casa do futuro”, pois ele sonha em ter sua casa própria para “não estar dependendo só de abrigo”, porque desde os seus seis anos de idade ele está “de abrigo em abrigo”. Ele deseja construir uma família para morar nessa casa.

Figura 19- Desenho do João



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O desenho de João retrata a casa como algo que faz parte do seu imaginário, pois nela não há representação de figuras humanas, portas, além do uso de elementos que tradicionalmente não fazem parte da composição de uma casa, como o diamante, o qual é elemento de destaque no desenho, pela sua grande dimensão e cores de destaque.

A casa de João é uma casa repleta de sonhos, anseios e expectativas, um local ao qual ele nunca teve acesso, porém sonha em obtê-lo. Sua fala e o desenho dizem respeito à esperança com relação ao futuro, após deixar a instituição e construir seu próprio caminho e sua família.

3) Ana, 14 anos, no início da atividade estava um pouco resistente a participar e descrever seu desenho (figura 21), mas depois de certo tempo ficou mais à vontade. Ela desenhou a casa que morava com sua mãe biológica e seu irmão biológico Emanoel, o qual também reside na Casa Lar SEMAS.

Figura 20- Desenho da Ana



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O desenho de Ana traz certa melancolia. A casa encontrava-se próxima a um rio, que às vezes sofria uma cheia e quando secava ficava tudo “cheio de lama”. Pode-se observar que em seu desenho Ana representou o rio e a “lama” em uma grande escala, como algo realmente marcante no local. A casa localizava-se em um bairro perigoso da capital, onde circulam muitos usuários de drogas, próximo ao presídio da cidade. Ana relatou que havia muito movimento de helicópteros nas proximidades. Porém, apesar de todos os problemas descritos era lá que ela gostaria de estar.

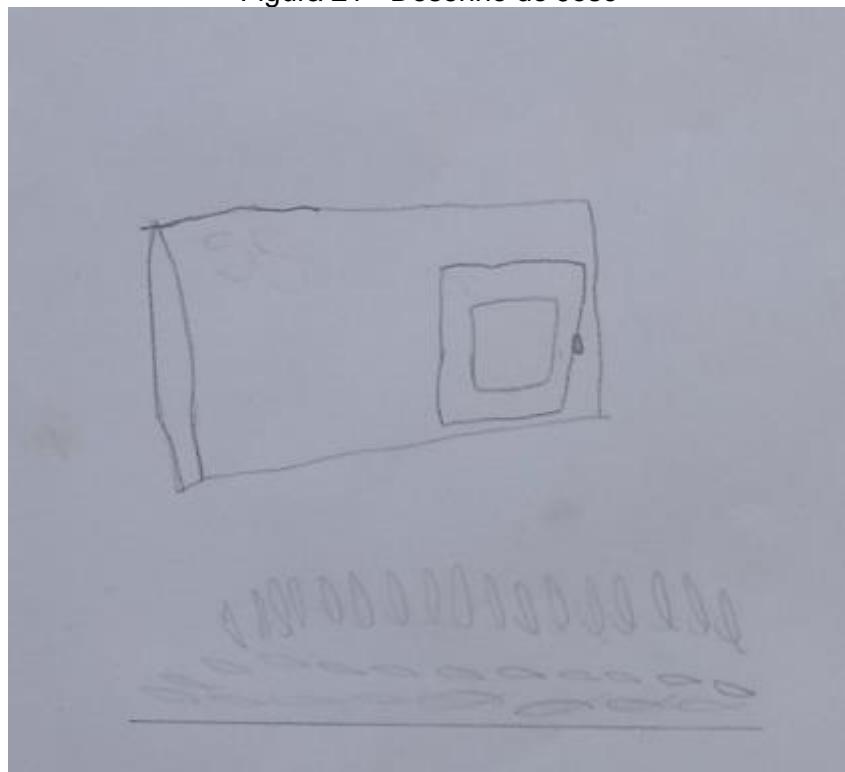
Em seu desenho pode-se observar a dedicação de Ana em retratar uma casa agradável, a partir da representação do telhado e da cortina na janela, bem como a inserção de um coração na parte superior do desenho, que mostra afeto pelo que está sendo representado. Porém ela não trouxe

elementos que representem alegria e segurança em estar nessa casa, como flores, árvores, nuvens, que quando representados em desenhos infantis significam conforto e estabilidade segundo Farokhi e Hashemi (2011, apud SANTOS, 2013). Talvez isso ocorra devido ao fato de a casa estar localizada próxima ao rio que sofre cheias e ao presídio, ou seja, Ana se sentia segura e confortável em estar na sua casa em si, mas não com o local em que ela estava localizada.

4) José tem 15 anos (figura 22), é irmão biológico de Júlia, a qual também se encontra na Casa Lar SEMAS. Ele não se estendeu muito na explicação, pois é bastante tímido, apenas citou que era a casa que ele morava antes, a qual se localizava próximo a um rio.

Do ponto de vista interpretativo percebe-se uma estrutura emocional instável, no que diz respeito à relação que o menor tem com a casa, pois não se fez uso de cores ou de elementos que identifiquem a casa, além da representação do desenho de forma solta.

Figura 21- Desenho do José



Fonte: Dados da pesquisa.

5) Júlia, autora desse desenho (figura 23), 17 anos, possui limites mentais, o que dificultou sua concentração na atividade, porém ela participou com grande empolgação e empenho. Júlia desenhou sua “futura casa” e as pessoas no desenho são ela e seu namorado, que vive em outro abrigo da capital. Ela pretende se casar assim que completar 18 anos, pois terá que deixar a instituição e deseja ir morar com ele.

Figura 22- Desenho da Julia



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Dentro da casa há mais uma pessoa que aparece na janela, porém Júlia não chegou a descrever quem seria essa pessoa, subtende-se que seja seu futuro filho (a), já que em sua descrição ela disse que deseja formar uma família. Essa representação de alguém dentro da casa é algo interessante a se observar, pois mostra seu desejo de que a família se aproprie desse espaço e sinta-se pertencente a ele.

Segundo Júlia o coração é para representar o amor que ela sente pelo seu namorado. Ela relatou que quer ir logo para essa casa. O desenho é muito alegre, traz elementos como árvores, flores sorrindo, além do uso de cores vibrantes, o desenho de Júlia representa sonhos, onde há uma grande carga emocional e afetiva.

6) Pedro, 5 anos, (figura 24) irmão biológico de Paulo, que também reside na Casa *Lar SEMAS*, teve dificuldade em se concentrar na atividade. Eles residem na instituição há menos tempo que os demais. Falou apenas que moravam em um barraco em uma das favelas do município de Maceió- AL.

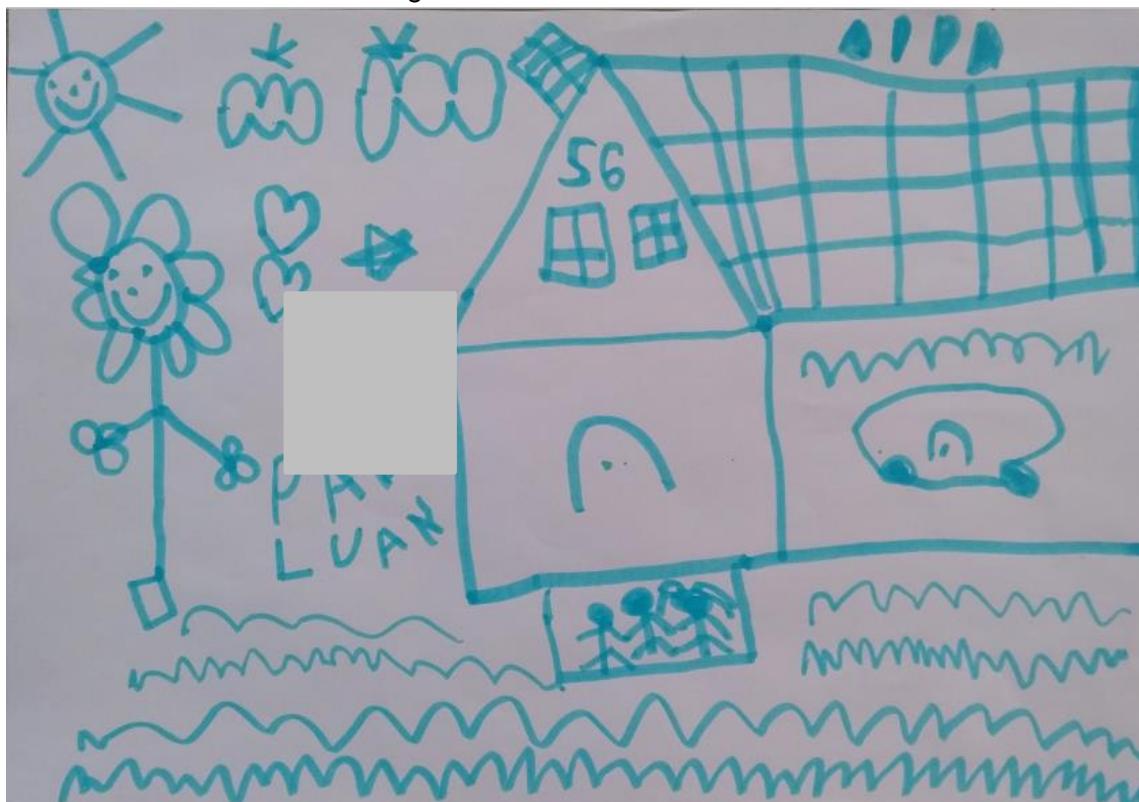
Figura 23- Desenho do Pedro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

7) Paulo, 7 anos (figura 25), teve dificuldade em se concentrar para a realização da atividade e não conseguiu falar a respeito do seu desenho. O desenho possui vários elementos que, como já mencionado, representam conforto e estabilidade emocional, como as flores, árvores, nuvens, sol. Porém a utilização de uma única cor revela que a estrutura emocional de Paulo não está tão equilibrada, de acordo com Farokhi e Hashemi (2011, *apud* SANTOS, 2013).

Figura 24- Desenho do Paulo



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Os elementos do desenho foram feitos em diferentes planos, de maneira que nada fique oculto, como por exemplo, na parte inferior da casa há a representação de três pessoas de mãos dadas, as quais provavelmente foram representadas “dentro de casa”.

Emanoel, 16 anos, irmão de Ana, se recusou a praticar a atividade. A educadora relatou que ele era mais resistente que os demais e que o tema casa mexia com suas questões emocionais relacionadas à morte de sua mãe biológica.

Pode-se concluir que nenhum dos menores assistidos na Casa Lar SEMAS, a considera como “*sua casa*”. A maioria mencionou sua “*casa do passado*”, a qual viviam com sua família, que mesmo tendo muitos problemas de infraestrutura, conforto, além de estarem localizadas em locais com diversos problemas sociais, era lá que gostariam de estar. E dois deles, os quais moram em abrigos pelo maior período de tempo desenharam sua “*casa do futuro*”, o lugar para onde gostariam de ir e formar suas próprias famílias, desenhos carregados de sonhos e esperança.

Dessa maneira infere-se que apesar da Casa Lar buscar oferecer um suporte físico, técnico que tenta se aproximar de um *lar*, ainda que apresente deficiências, não é suficiente para suprir as necessidades emocionais e afetivas das crianças e adolescentes acolhidas. Essa dificuldade é proveniente de diferentes questões que envolvem as crianças e adolescentes, como a falta de privacidade, de tratamento individualizado e principalmente devido ao afastamento da família, que era o “lugar” onde todos gostariam de estar ou para onde desejam ir. As crianças e adolescentes trazem uma concepção de casa enquanto *lar*, sempre relacionada a família.

Entretanto, pode-se atentar que eles não estão infelizes na Casa Lar SEMAS, apesar de não a considerarem como “*seu lar*” eles se sentem bem naquele lugar.

6.2 ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Em conformidade com o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, a instituição localiza-se em uma área residencial, em um bairro de classe média (figura 26). Porém, devido ao fato de ser um grande complexo, ela distoa do restante das unidades residenciais que compõem seu entorno, em razão da sua grande dimensão e organização espacial (figura 27).

Figura 25- Entorno *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 26- Fachada do prédio administrativo da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A fachada do acesso principal possui placa de identificação (figura 31), o que vai em desacordo com o manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, porém no acesso privativo não há nenhum tipo de identificação (figura 32).

Figura 27- Fachada principal da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 28- Fachada do acesso privativo da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



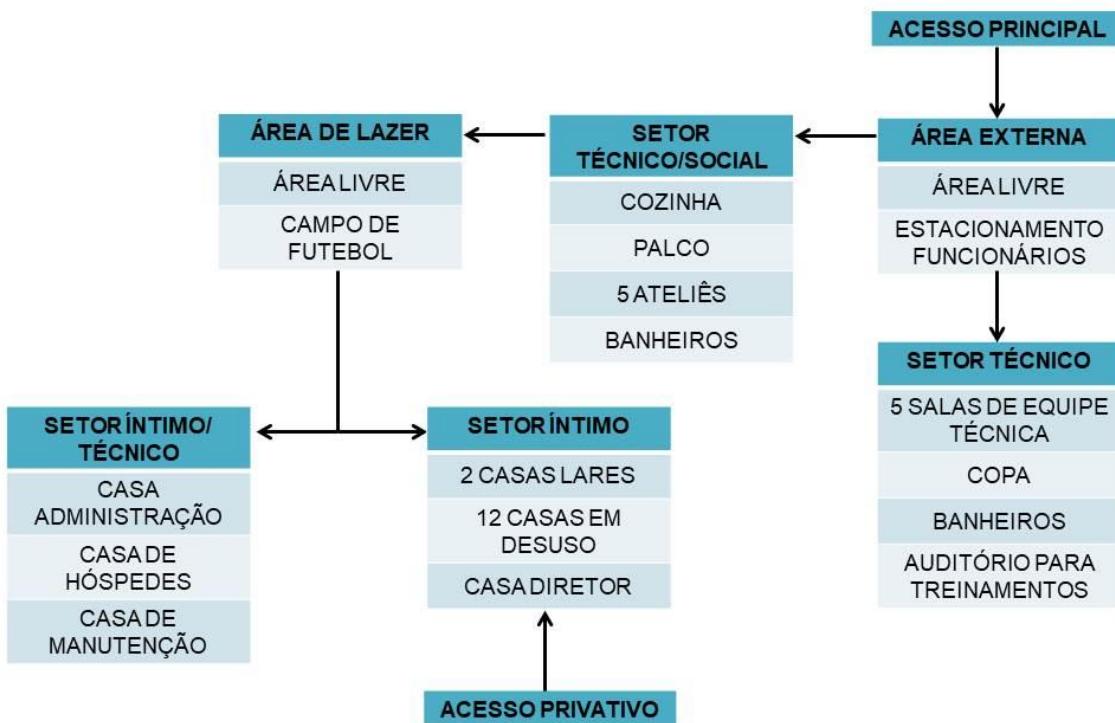
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

6.2.1 Análise Física Espacial

Assim como a Casa Lar SEMAS, neste item a *Aldeias Infantis SOS Brasil* será analisada de acordo com os aspectos baseados na obra de Fischer (1990) e Rybczynski (1986): *densidade e amontoamento; ruído; impacto do espaço organizado; intimidade e privacidade; luz e ar-* conforto físico ambiental; *conforto e bem estar*. Além disso, serão analisados os parâmetros físicos do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* e seu cumprimento.

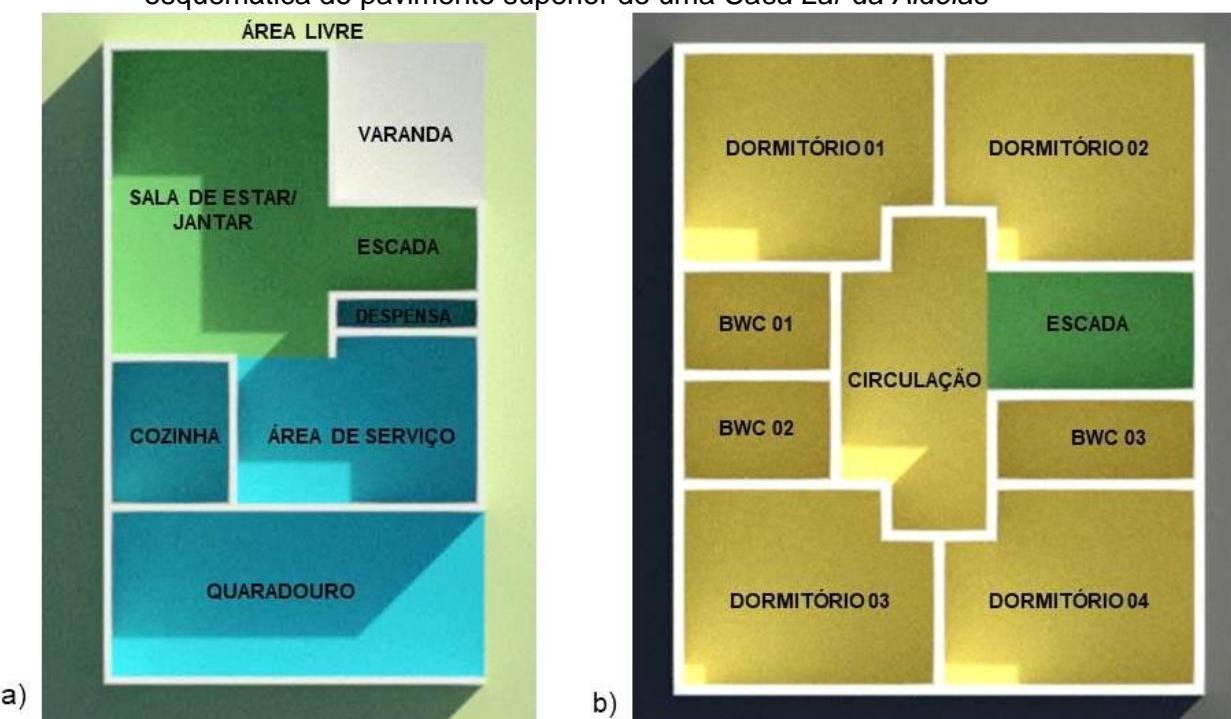
Segundo o que traz o manual, a organização espacial da instituição é ideal, isso ocorre devido ao fato dela ter sido projetada com a finalidade de ser um complexo destinado ao acolhimento, de tal maneira que ela é tida como modelo por diversas instituições em todo território nacional. Após a promulgação do ECA (1990) a instituição passou por reformas e modificações a fim de atender as adequações necessárias para promover a melhoria no acolhimento institucional.

Figura 29- Organofluxograma da *Aldeias Infantis SOS Brasil*, Igarassu, Pernambuco



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 30- a) Planta esquemática do térreo de uma Casa Lar da Aldeias; b) Planta esquemática do pavimento superior de uma Casa Lar da Aldeias



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 31- Legenda das plantas esquemáticas da *Aldeias Infantis SOS Brasil*, Igarassu, Pernambuco

REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
	Setor Técnico
	Setor Social
	Setor Serviço
	Setor Íntimo
	Área Livre descoberta
	Área Livre coberta

Fonte: Dados da pesquisa.

Como dito, devido à pandemia do COVID- 19, não foi autorizada a entrada da pesquisadora nas Casas *Lares*, nem o acesso às crianças e adolescentes residentes no local, o que dificultou a coleta de dados nesta etapa da pesquisa. Dessa maneira, as informações quanto à distribuição dos cômodos no interior da *Casa Lar* serão analisadas exclusivamente baseadas nas plantas baixas expostas acima (figura 31) e conforme informações coletadas com a psicóloga da instituição que guiou a visita da pesquisadora ao complexo.

Nas unidades residenciais localizam-se os setores: social, íntimo e de serviço, os quais são bem distribuídos na edificação, dispondo de uma boa setorização. No térreo encontra-se a varanda, pela qual se dá o acesso a casa, em seguida está a sala de jantar - estar, juntamente da escada e por fim todo o setor de serviço: despensa, cozinha, área de serviço e quaradouro.

A escada introduz o pavimento superior, destinado exclusivamente ao setor íntimo. Nele existem quatro dormitórios, sendo um deles utilizado pela educadora e três pelas crianças e adolescentes residentes na *Casa Lar*. Desse modo, subtende-se que a quantidade de menores por quarto atende o que determina o Manual, quatro crianças por unidade, pois no momento da realização da pesquisa apenas seis crianças residiam em uma *Casa Lar* e cinco na outra. Quanto à individualidade das camas, beliches e armários a pesquisadora não teve acesso as informação.

Pode-se observar que as unidades residenciais possuem várias aberturas (figura 33) para a área externa, o que permite a ventilação cruzada, levando a acreditar que a casa possuí um bom conforto térmico.

Figura 32- Fachada dos fundos das Casas *Lares da Aldeias*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Existem dois acessos a *Aldeias*, o primeiro acesso é privativo e não possuí fluxo livre, está localizado na fachada onde se encontram as *Casas Lares*, conforme mostrado anteriormente (figura 29). O segundo, acontece pela área livre localizada na fachada principal, e dá acesso ao prédio destinado ao setor técnico e ao setor social, onde ocorrem diversas oficinas e cursos, destinados a toda comunidade local. A área livre possui bastante vegetação, o que resulta em uma área bem ventilada e sombreada (figura 34).

Figura 33- Área livre na fachada destinada ao acesso do setor técnico/social da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A setorização da *Aldeias* é muito bem definida. Há uma edificação de uso exclusivo do setor técnico (figura 35), atendendo às diretrizes do manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, a qual não possui contato direto com o local onde os menores residem. Nessa edificação há uma sala destinada a cada segmento profissional: assistência social, psicologia, pedagogia, coordenação, sala de reuniões, além de uma copa e refeitório de uso exclusivo dos profissionais e um auditório destinado a treinamento da equipe.

Figura 34- Setor técnico da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Além de possuir uma área destinada à interação com a comunidade local, a qual oferece diversos cursos e oficinas, a fim de capacitar os menores e a população local (figura 36).

Figura 35- Ateliês da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Supõe-se que no interior das *Casas Lares* o *amontoamento* não seja algo presente, pois conforme mencionado anteriormente há espaço suficiente para que todos os menores sejam acolhidos de maneira confortável e pessoal. Quanto às atividades diárias realizadas pelos menores, no que diz respeito aos estudos e as atividades domésticas, não será possível referir-se a elas, pois a pesquisadora não obteve acesso a tais informações.

Quanto à *luz e ar* subtende-se, de acordo com a observação e análise das plantas baixas e da visita feita ao local, que as *Casas Lares* atendem os requisitos que dizem respeito ao aquecimento, ventilação, iluminação, bem como o fornecimento de água quente e fria. O “conforto físico ambiental” no local se dá devido a uma boa quantidade de aberturas voltadas para área livre, o que permite uma boa circulação da ventilação e uma iluminação natural satisfatória.

Com relação ao *conforto e bem estar*, conforme a observação feita pela pesquisadora, de modo geral os aspectos da instituição auxiliam positivamente nesse quesito. Existe uma grande área destinada ao lazer, uma boa ventilação natural, além de julgar que não há *amontoamento*.

Pode-se observar a preocupação do projeto com o conforto térmico, pois além da vegetação foram utilizadas outras estratégias que ajudam nesse aspecto. O uso de treliças metálicas na coberta, permite a entrada e circulação do vento por toda edificação, bem como o uso de cobogós (figura 37), os quais além de proporcionarem uma boa estética ao local, auxiliam no controle da incidência solar sob a edificação.

Figura 36- Cobogós e treliças metálicas na *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Além da área livre localizada na fachada principal o complexo possuí uma grande área verde, nela localiza-se um campo de futebol, destinado ao lazer dos menores (figura 38). Há uma grande área destinada ao entretenimento das crianças e adolescentes, a qual é bem cuidada, facilitando assim a sua utilização e o processo de apropriação da casa pelos menores.

Figura 37- Área de lazer da *Aldeias Infantis SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O ruído também é algo que não está presente de forma intensa nas Casas Lares da instituição, pois elas localizam-se em uma rua com pouco fluxo de automóveis, além da sua grande área livre, a qual ajuda a minimizar os ruídos. Quanto a isso, a instituição não apresenta problemas que acarretem na falta de privacidade das crianças e adolescentes que residem no local.

A influência que a edificação pode exercer sobre o comportamento dos usuários a partir do *impacto do espaço organizado* também é algo que não ocorre na *Aldeias*, pois há um grande espaço destinado ao lazer e a moradia. No que diz respeito aos artefatos simbólicos não foi possível avaliar essa questão, devido a privação da visita ao interior das Casas Lares.

Na *Aldeias* o “espaço privado” aparentemente é respeitado, ou seja, o “espaço público” não invade a instituição. Isso auxilia a *intimidade* e *privacidade* das crianças e adolescentes com o espaço em que vivem. Quanto ao espaço individual destinado a cada criança e adolescente não foi possível fazer esta análise.

De modo geral as crianças e adolescentes da *Aldeias*, assim como as da Casa Lar SEMAS não possuem o sentimento de *domesticidade* pelo espaço

que vivem em sua completude. Apesar de atenderem questões relacionadas a *privacidade e conforto*, não conseguem satisfazer as questões relacionadas a família, de modo que este é um aspecto que faz parte da *domesticidade*, sendo assim, é impossível que qualquer menor acolhido possua o sentimento de *domesticidade* por inteiro.

Quanto à rotina e a relação dos menores com as educadoras do local não foi possível fazer esta análise, pois não se teve acesso a essas informações.

Ao que tudo indica a *Aldeias Infantis SOS Brasil* atende o que diz respeito ao *conforto e bem estar*, tendo em vista que o local proporciona satisfação, *bem estar*, lazer, *intimidade e privacidade*, que são aspectos, juntamente com a *domesticidade*, que caracterizam essa sensação.

Conforme a instituição anterior, com base em parâmetros que foram aplicados em pesquisa do IPEA (2003) quanto às “características relacionadas a infraestrutura” a instituição atende a todos os quesitos: abastecimento de água, abastecimento de luz e esgotamento sanitário.

No que se refere às “características físicas do abrigo” as paredes externas e internas são feitas em alvenaria, não possuindo divisórias de outros materiais. A instituição cumpre sua função de proteção contra intempéries, manutenção da privacidade em relação ao meio social. Os cômodos internos também são divididos por paredes em alvenaria, o que segundo a pesquisa do IPEA influencia em fatores importantes como o silêncio, a privacidade, descanso e segurança, além da grande área livre que possibilita a efetividade dessas questões.

O processo de observação e análise nesta instituição ficou debilitado, devido ao pouco tempo e à dificuldade de acesso ao local por parte da pesquisadora. Contudo, pode-se perceber a preocupação da instituição com o cumprimento das normas e diretrizes e com o *conforto e bem estar* dos menores.

6.2.2 A Produção dos Desenhos

Esta etapa do trabalho foi realizada no dia 19 de agosto de 2020. Em decorrência da impossibilidade da autora obter contato com as crianças e adolescentes foram necessárias algumas adaptações para que fosse possível executar esta etapa metodológica.

A “dinâmica” foi aplicada pelas cuidadoras residentes nas *Casas Lares*, as quais guiadas pela pesquisadora deram a seguinte diretriz: “Desenhe a sua casa”. O contato da pesquisadora com as cuidadoras foi intermediado pela psicóloga da instituição. A pesquisadora solicitou que fossem gravados vídeos ou áudios com a descrição dos desenhos por parte das crianças e adolescentes, porém não foi autorizado pela instituição. Após a aplicação desta etapa a psicóloga escaneou os desenhos e os encaminhou para a pesquisadora, assim como o relato feito pelas cuidadoras acerca do que foi dito pelas crianças e adolescentes a respeito dos seus desenhos. A idade das crianças e adolescentes não foi informada.

As cuidadoras informaram que no momento da descrição do desenho algumas crianças e adolescentes desenharam a casa que vivem atualmente (*Aldeias Infantins SOS Brasil*). Ao desenhar a casa um adolescente salientou que “gosta de morar na *Casa Lar*, que é boa e não quer sair dali”. Alguns relataram que seu desenho representava outra casa, porém não explicaram que casa seria essa. Na descrição também foi relatado que um deles afirmou “é bom ter uma casa para morar, que casa representa amor, comer e tudo”.

1) O primeiro desenho traz a “casa dos meus sonhos”, conforme escrito no próprio desenho (figura 39). Nele pode-se observar um grande número de detalhes na casa, como a definição de porta, janelas, um caminho, além de uma coberta elaborada.

Figura 38- Desenho 1 da Aldeias Infantins SOS Brasil



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

2) Nos desenhos a seguir (figura 40 e figura 41), observou-se a presença de grande quantidade de vegetação, além da presença de animais, balões e elementos como coração que representam afeto pela casa que está sendo representada.

Figura 39- Desenho 2 da Aldeias Infantins SOS Brasil



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 40- Desenho 3 da Aldeias Infantins SOS Brasil



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Em ambos os desenhos mostrados anteriormente (figura 40 e figura 41), as brincadeiras aparecem de maneira bastante presente, no interior da casa. Os desenhos possuem grande semelhança entre eles, bem como com a Casa Lar em que essas crianças vivem, o que leva a crer que elas representaram a casa da *Aldeias Infantis SOS Brasil*. No segundo desenho pode-se observar a presença de algumas pessoas, porém de acordo com a proporção e representação acredita-se que são as demais crianças que residem na casa.

3) Esse desenho (figura 42) também traz bastante semelhança com os desenhos anteriores, como: o formato da casa, o caminho disposto em frente à porta, o qual possui árvores. Porém nessa representação pode-se observar um desenho mais “maduro”, onde as brincadeiras já não aparecem como o elemento principal da casa, no interior dela aparece uma mesa com um vaso, o que mostra a importância desse espaço para a criança que produziu o desenho. Entretanto, assim como nos três desenhos mostrados acima a família não está representada em nenhum local do desenho, sendo a casa em si o elemento principal.

Figura 41- Desenho 4 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

4) O desenho a seguir (figura 43) difere-se dos desenhos anteriores. O próprio formato da casa já não remete a *Casa Lar da Aldeias*, além disso há a presença de elementos da natureza como nuvens, sol, pássaros, montanhas, o que ainda não havia sido representado nos desenhos anteriores.

Figura 42- Desenho 05 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A criança traz a presença da família, com cinco membros, no interior da casa, apenas a mulher adulta foi representada com cor, provavelmente é a pessoa mais importante da família para o menor. Além da representação de um “quarto” individualizado, desenhado na parte superior da casa. A criança fez o uso de cores apenas na casa, dando destaque à edificação em si, o que leva a concluir a importância que a casa e a família que a constituía tem para esse menor, levando a crer que ele representou a casa que vivia com sua família, antes de ir para *Casa Lar*.

5) Nesse desenho (figura 44) pode-se notar a falta de identificação que a criança ou adolescente possui com a casa, pois assim como é na *Aldeias* ela reproduziu casas idênticas entre si, além de usar a cor azul, a qual está presente na pintura das fachadas das unidades residências da instituição. Sem introduzir nenhum elemento que identifique ou personalize a casa como “*sua casa*”.

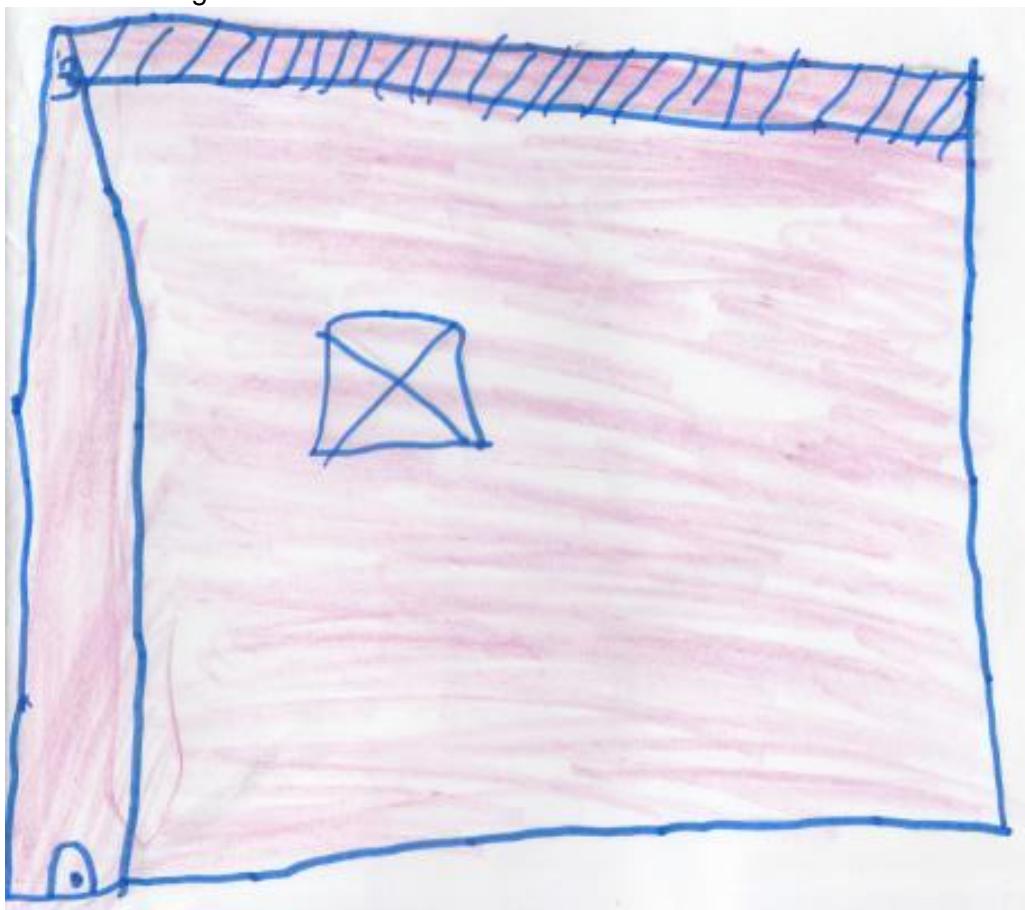
Figura 43- Desenho 6 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

6) Mais uma vez pode-se observar (figura 45) a representação de uma unidade residencial similar as do complexo da *Aldeias*, sem que se faça uso de elementos que deem personalidade e individualidade para essa casa, o que pode ser visto como ponto negativo.

Figura 44- Desenho 7 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

7) O desenho a seguir (figura 46) não permite uma interpretação detalhada, de acordo com a configuração e formas utilizadas no desenho acredita-se que ele foi produzido por uma criança menor de 7 anos.

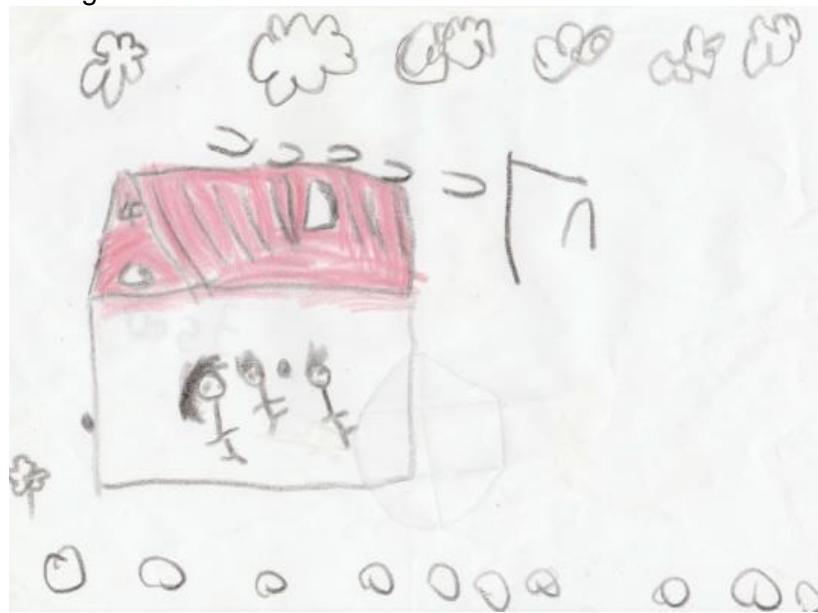
Figura 45- Desenho 08 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

8) Por fim nesse desenho (figura 47) foi representado a casa, com a família em seu interior, porém pode-se observar um desenho com poucas cores.

Figura 46- Desenho 09 da *Aldeias Infantins SOS Brasil*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Esta etapa da pesquisa leva a crer que parte dos menores assistidos pela *Aldeias Infantis SOS Brasil* a considera como “*sua casa*”, o que sugere que o atendimento as normas e diretrizes trazidas pelo manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, bem como um cuidado especial com o espaço e suas características subjetivas são indispensáveis para o processo de filiação, apropriação do espaço, bem como a criação de vínculos afetivos.

Porém é interessante observar que as crianças que trouxeram a *Casa Lar* em que vivem como “*sua casa*” retrataram o espaço e a edificação em si como elemento principal do desenho, não trazendo componentes que remetam à família. Entretanto não se tem como afirmar que diretrizes passadas pela pesquisadora, para aplicação da dinâmica, foram atendidas em sua completude.

Diante das informações que se teve acesso acredita-se que apesar das crianças e adolescentes residentes na *Aldeias*, assim como todas as demais que residem em abrigos, serem desprovidas de vínculos familiares a *Aldeias Infantis SOS Brasil* aproxima-se de um *lar* para as crianças e adolescentes que vivem naquele espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário assinalar que a presente pesquisa foi concluída em meio a pandemia mundial do COVID-19, o que impossibilitou avaliar mais adequadamente as *Casas Lares*.

As crianças e adolescentes, por si só, já constituem uma categoria que necessita de maior atenção e cuidado, isto é acentuado quando se trata de crianças e adolescentes institucionalizadas, pois possuem seus vínculos afetivos e sociais fragilizados. Diante disso, elas merecem atenção e cuidados especiais, com políticas públicas, trabalhos sociais de inserção na comunidade e na sociedade, bem como um local adequado para viverem, que possibilite cada vez mais minimizar os danos causados pelo processo de institucionalização e afastamento de suas famílias de origem.

O espaço das *Casas Lares* deve ir além de uma simples construção, pois envolve aspectos muito mais abrangentes, como as questões subjetivas dos seus usuários, não deve se reduzir aos aspectos físicos. Os aspectos subjetivos das crianças e adolescentes não são levados em consideração pelo manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* o qual trata exclusivamente de questões relacionados às questões físicas do espaço, como foi exposto no decorrer do trabalho.

Entretanto, as pessoas e o espaço em que vivem não podem ser consideradas entidades isoladas, pois elas são ligadas. É fundamental que haja uma rede afetiva, pessoalmente acolhedora na qual os acolhidos que fazem parte dessas instituições sintam-se inseridos, oferecida por um ambiente adequadamente projetado.

O “percurso” dessas crianças e adolescentes resulta de uma rede simbólica enfraquecida e conturbada, o que pode resultar na falta de reconhecimento das crianças e adolescentes com o espaço em que vivem, com a sociedade e com sua própria identidade, o que é enfatizado quando se encontram em um espaço no qual não se sentem pertencentes.

A vida em grupo, dessas crianças e adolescentes tem fatores positivos, como a inserção em um grupo social do qual se sentem parte e o desenvolvimento do sentido de cooperação. Porém de modo geral prejudica a individualidade, influenciando na *intimidade e privacidade*, o que acomete na

falta de autonomia e no enfraquecimento da construção de vínculos afetivos com o local em que as crianças e adolescentes vivem.

A inserção da edificação no contexto da comunidade é um item muito importante, pois como mostrado no decorrer da pesquisa, a casa representa o lugar do indivíduo no mundo, sendo uma extensão da sua identidade. No que diz respeito aos aspectos físicos concluiu-se que a *Casa Lar SEMAS* cumpre parte das diretrizes trazidas pelo manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, porém deixa a desejar em alguns aspectos, como exposto na análise, principalmente devido ao fato de não ter sido projetada com esta finalidade. O ambiente tem aspecto de mal cuidado, o que mostra certo desleixo por parte da instituição com o espaço em que as crianças e adolescentes vivem. Ademais não há locais destinados ao lazer e atividades individuais no interior da instituição, o que dificulta o processo de filiação dos menores.

No que diz respeito ao atendimento profissional, este possui uma equipe multidisciplinar preparada para dar suporte aos acolhidos, com profissionais capacitados. Porém, as educadoras não suprem a falta que as crianças e adolescentes possuem de suas famílias de origem, como se pôde observar a partir da interpretação dos desenhos e da observação feita no local. Até mesmo devido ao fato de não existir uma rotina estabelecida entre elas, pois há cinco educadoras que fazem rodízio na instituição, o que afeta o vínculo e adaptação dos menores com as mesmas.

Quanto ao cotidiano na *Casa Lar SEMAS*, onde se teve acesso à dinâmica local, notou-se que as crianças e adolescentes possuem uma rotina durante a semana e que os menores se relacionam bem entre eles, sempre brincando e interagindo. Porém não há um desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas, além da dinâmica quanto à rotina de estudos ser deficitária, pois os mesmos não possuem um espaço destinado a esse fim, o que os deixa bastante dispersos.

Em relação ao nível de adaptação a vida na *Casa Lar SEMAS*, as crianças e adolescentes mostraram-se adaptadas à dinâmica local, porém a partir dos seus desenhos e interpretações pode-se perceber que elas não o veem como “*sua casa*”, mas sim como um abrigo, um local ao qual elas não se

sentem pertencentes. A maioria dos acolhidos mostrou que gostaria de continuar vivendo na “*sua antiga casa*” ou “*sua futura casa*”, onde desejam constituir uma família, o que foi mencionado direta ou indiretamente por todos os menores.

Na *Aldeias Infantis SOS Brasil*, quanto aos aspectos físicos observou-se uma grande preocupação com o cumprimento das diretrizes trazidas pelo manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, além de se mostrar um local bem cuidado e organizado, com muito espaço destinado ao lazer das crianças e adolescentes, o que auxilia no processo de filiação com espaço.

Quanto ao atendimento profissional a instituição possui uma equipe multidisciplinar, que possuí um espaço exclusivo para realização de suas atividades, bem como treinamentos. A pesquisadora não obteve acesso quanto a relação das educadoras com as crianças e adolescentes que residem nas Casas *Lares da Aldeias*, nem acerca da rotina dos menores. Sabe-se que a instituição promove um bom desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas, além de promover cursos e oficinas abertos a toda comunidade local.

Em se tratando da adaptação às Casas *Lares da Aldeias*, diante das informações que foram fornecidas, pode-se concluir, a partir dos desenhos e de suas interpretações, que grande parte dos menores estão adaptados, pois se sentem em “*sua casa*”.

Sendo assim, os resultados obtidos levam a concluir que um bom projeto de arquitetura se faz indispensável para o processo de filiação e apropriação do espaço pelas crianças e adolescentes residentes em Casas *Lares*. Além disso, o apoio de profissionais capacitados, como: assistente social, psicólogo, pedagogo e educadoras, bem como o cumprimento das normas e diretrizes pela instituição, faz diferença no processo de adaptação do menor a dinâmica da *Casa Lar*.

Ademais se faz necessário repensar acerca das diretrizes trazidas pelo manual de *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, pois só é possível atingir esse sentimento de apropriação a partir

da união das questões físicas e subjetivas relacionadas ao espaço, de modo que ambas devem ser tratadas com a mesma importância.

O principal motivo da discursão desta pesquisa não é criticar as instituições voltadas ao serviço de acolhimento, nem sugerir que as mesmas deixem de existir, pois os dados expostos mostram o quanto elas são necessárias. Mas expor a importância de uma equipe capacitada e de um espaço adaptado para esta finalidade e como ele pode minimizar os aspectos negativos e traumas que as crianças e adolescentes carregam, tornando a “passagem” desses menores pela instituição um processo menos doloroso. De modo que ele realmente seja percebido como local de proteção, reconciliação com a sociedade, bem como um *lar*, contribuindo para o desenvolvimento pessoal de cada um dos acolhidos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M., et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para políticas Públicas.** Brasília: Unesco Brasil, 2002.
- ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL. **Aldeiasinfantis.org.br.** Disponível em: <<https://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca>>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- ARANTES, E. M. de M.. De “criança infeliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governas a infância. **Mnemosine**, 2004., v. 1, n. 0, p. 164-164. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/34/pdf_20>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- ARIS, C.M. **Las Formas de La Residencia em la Ciudad Moderna.** Barcelona: Ed. UPC, 2000.
- ARIES, P. **História Social da Criança e da Família.** Tradução Dora Flasksman. 2^a ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1981. Disponível em: <<http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/200000024-07a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- ASSIS, S. G. de; FARIAS, L. O. P. (org.). **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento.** São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BERGER, Maria Virginia Bernardi. Aspectos Históricos e Educacionais dos Abrigos de Crianças e Adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. **HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 18, p. 170-185, jun. 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis18/art17_18.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069 de 13 jul. 1990. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- _____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei n. 8.742, de 07 dez. 1993, 4 ed., atualizada em 30 jan. 2017. Câmara dos Deputados. Disponível em: <www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../LoasAnotada.pdf> Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orientações Técnicas:** Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: 2009.

_____. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília: 2006.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastramento da Infância e Juventude.** Brasília: 2012. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
Chauí, M. **Convite à Filosofia.** 13ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

CORDEIRO, N. da R. **A Casa em Verso e Prosa:** canções, poesias e subjetividade do conceito de casa. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE - Recife, PE, 2015, 120 f.

COULANGES, F. de. **A Cidade Antiga.** Versão para eBooksBrasil. Tradução Frederico Ozanam Pessoa de Barros. 2006.

FALEIROS, V. P. Infância e Adolescência: trabalhar, educar, assistir, proteger. **Revista Ágora.** Ano 1, n.1, ISSN- 1810- 698 x, 2004.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. **Famílias de Crianças e Adolescentes Abrigados:** quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FISCHER, G. **Psicologia Social do Ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 3ª ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Renato. Órfão na Colônia. **História.com.br**, 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/orfao-na-colonia>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1961.

HALL, E.T. **A Dimensão Oculta.** Tradução Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- HEIDEGGER, M. **Building, Dwelling, Thinking.** Poetry, Language, Thought. New York: Harper Colophon Books, 1971. Disponível em: <<http://acnet.pratt.edu/~arch543p/readings/Heidegger.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- IPEA/ CONANDA. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.
- IPEA/ CONANDA. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.
- LACERDA, T. S. **O Acolhimento Institucional de Jovens e as Representações Sociais de Abrigo.** Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco – Recife, 2014, 131 f. Disponível em:<<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/10349>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- LEITÃO, H. de A. L. (org.). **Coisas do Gênero:** diversidade e desigualdade. Maceió: Editora UFAL, 2011.
- LEITÃO, L.; AMORIM, L. (orgs.). **A Casa Nossa de Casa Dia.** Recife: Editora UFPE, 2007.
- LEITÃO, L. **Quando o Ambiente é Hostil.** 2ª Ed. Recife: Editora UFPE.
- MACHADO, V. R. A Atual política de Acolhimento Institucional à Luz do Estatuto da criança e do Adolescente. **Serviço Social em Revista**, 2011. v. 13, n. 2, p. 143-169. Disponível em: <<http://www.uel.br/seer/index.php/ssrevista/article/view/10431>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTINEZ, A. P. M.; SILVA, A. P. S. **O momento da saída do abrigo por causa da maior idade: a voz dos adolescentes.** Belo Horizonte: 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ana_Soares_da_Silva/publication/257362647_O_momento_da_saida_do_abrigo_por_causa_da_maioridade_a_voz_dos_adolescentes/links/0c9605250620495f14000000.pdf> Acesso em: 14 de set. 2017.
- MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MUSSI, L. H.; CÔRTE, B. O Significado “Afetivo” daquilo que chamamos de “Casa”: uma reflexão através do cinema. **Caderno Temático Kairós Gerontologia.** São Paulo, 2010, p. 231-242. Disponível em:<<http://ken.pucsp.br/kairos/article/view/8698>>. Acesso em: 10 jan. 2020

- OLIVEIRA, A.; SEIXAS, P.C.; FARIA, L.P. A Casa e as Suas Casas. **Temáticas**, 2013. v. 21, p. 141-163. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/P_Seixas/publication/303056975_A_CASA_E_AS_SUAS_CASAS/links/57364f7108aea45ee83cb14d/A-CASA-E-AS-SUAS-CASAS.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ONU. **Acordo de declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_criancas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da Pele**: A arquitetura dos sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- RIBEIRO, D. Casa. **Dicionário Online de Português**. 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/casa/>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de Crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004. Disponível em:https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=e8rcCaolkY4C&oi=fnd&pg=PA11&dq=A+INSTITUCIONALIZAÇÃO%C3%87%C3%83O+DE+CRIAN%C3%87AS+N+BRASIL&ots=XqG5yhfXEd&sig=g4WxChTr2D9IfpQYgwrrPLtb3g#v=o_nepage&q=A%20INSTITUCIONALIZAÇÃO%C3%87%C3%83O%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20NO%20BRASIL&f=false>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- RYBCZSKI, W. **CASA**: Pequena história de uma ideia. Tradução Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986.
- RYKVERT, J. de. **A Casa de Adão no Paraíso**: a ideia da cabana primitiva na história da Arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SANTOS, M. A. M. dos. **O Acolhimento Institucional Prolongado de Jovens em Risco**- a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos. Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Coimbra – Coimbra, 2010, 371 f. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15593>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- SANTOS, S. Estudo de caso- A interpretação do desenho infantil. **Educareducare**. Universidade de Trás-os- Montes e Alto Douro, Ano XV, n. 1, 2013. Disponível em:<<http://educare.ese.ipcb.pt/index.php/educare/article/view/30>>. Acesso em: 20 set. 2020.
- SARMENTO, M.J. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produção simbólicas. In: FILHO, A.J.M.; PRADO, P.D. (Orgs.). **Das Pesquisas**

com Crianças à Complexidade da Infância. Brasil: Editora Autores Associados LTDA, 2011.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: SAWAIA, B.B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 97-188.

SAVI, A. E. **Abrigo ou Lar? Um Olhar Arquitetônico Sobre os Abrigos de Permanência Continuada para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social.** Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2008, 183 f. Dissertação em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90914>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SEQUEIRA, V.C. **Vidas Abandonadas:** crime, violência e prisão. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUC – São Paulo, 2015, 189 f. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2062/1/tese.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2018.

SNIZEK, B. K. **Chegadas Partidas-** Um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares. Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2008, 196 f.

SOUZA, L. M. de. **Sentidos Sobre Infância e Desenvolvimento Produzidos por Educadoras de Abrigo.** Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco – Recife, 2010, 146 f. Disponível em: <<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/8569>>. Acesso em: 10 fev. 2020

SOUZA, C. A. R. de. **Um lar, uma família:** a voz das instituições que acolhem crianças e jovens. Mestrado em Sociologia. Universidade de Porto - Porto: Portugal, 2013, 134f. Disponível em:< <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71894/2/28384.pdf>>. Acesso em:14 abr. 2020.

VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. (orgs.). **Infância (In)visível.** Araraquara, São Paulo: J. M. Editora LTDA, 2007.

ZEVI, B. **Saber Ver Arquitetura.** 6^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

APÊNDICE A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



**UFPE - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAMPUS RECIFE -
UFPE/RECIFE**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM "LAR" PARA OS JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Uma investigação sobre espaços de acolhimento

Pesquisador: Jully Ribeiro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 17508619.8.0000.5208

Instituição Proponente: Centro de Artes e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.620.782

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Urbano “UM “LAR” PARA OS JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: Uma investigação sobre espaços de acolhimento”, é da pesquisadora Jully Gomes Ribeiro, orientado pela profa. Drª. Lúcia Leitão. O estudo tem como justificativa o fato de que normas e diretrizes fornecem parâmetros referentes ao espaço físico das “casas lares”, porém não contemplam e não demonstram preocupação com os aspectos subjetivos relacionados ao espaço, com as particularidades dos usuários. A pesquisa será qualitativa, com cerca de 20 crianças /jovens, de 7 a 18 anos residentes nas Casas “Lar” Aldeias (em Igarassu-PE) e Semas (em Maceió-AL). Para a coleta de dados com os participantes, será solicitado que eles façam desenhos, primeiramente de como é a casa e depois como queriam que fosse a casa. Além disso, os participantes serão observados, em relação a seus comportamentos e relações estabelecidas no espaço, mediante observação não participante e assim, serão fotografados.

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

Avaliar como o ambiente das “casas lares” pode refletir ou influenciar o processo de apropriação, afetividade e qualidade de vida dos jovens no espaço habitado, a fim de possibilitar um suporte físico e emocional advindos de um “lar”.

Específicos:

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.620.782

- a) Identificar as dimensões espaciais de um lar, que o diferenciam de uma casa;
- b) Identificar o cumprimento das normas e as diretrizes, relacionadas aos aspectos físicos que regem as casas lares, bem como sua efetividade;
- c) Avaliar até que ponto as normas e diretrizes auxiliam nas relações subjetivas das crianças e jovens com o espaço.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como risco, foi acrescentado, em resposta do parecer do CEP, "...Além disso há a possibilidade do participante descompensar-se emocionalmente e precisar de suporte psicológico, mas quanto a isso existe uma equipe multidisciplinar nas próprias instituições que dispõe de psicólogo".

Benefício: continua não tendo benefício direto, seria importante pontuar isso, pois os benefícios apontados são indiretos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta tema relevante e possível impacto social, está bem fundamentado e bem justificado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão presentes.

Recomendações:

Foram realizadas as alterações solicitadas, porém o que é colocado como benefício direto (seria um benefício ao participante da pesquisa), na verdade parece indireto. Recomendo apenas citar que a pesquisa não tem benefício direto e manter a citação dos indiretos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considero sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.620.782

Final para enviá-lo via “Notificação”, pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link “Para enviar Relatório Final”, disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consustanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_1376944.pdf	24/09/2019 20:31:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_CEP.pdf	24/09/2019 20:31:07	Jully Ribeiro	Aceito
Outros	Carta_resposta_pendencias.doc	24/09/2019 20:17:16	Jully Ribeiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEMenor7a18.doc	24/09/2019 20:15:45	Jully Ribeiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsaveismenores_modelo.doc	24/09/2019 20:15:20	Jully Ribeiro	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde

Bairro: Cidade Universitária

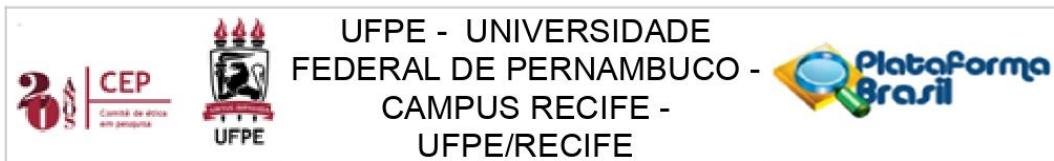
CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.620.782

Outros	Carta_de_anuencia_Aldeias.pdf	11/07/2019 18:38:15	Jully Ribeiro	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_SEMAS.pdf	10/07/2019 17:21:57	Jully Ribeiro	Aceito
Outros	Curriculo_lattes_orientadora.pdf	09/07/2019 23:22:14	Jully Ribeiro	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	09/07/2019 23:21:18	Jully Ribeiro	Aceito
Outros	Historico_escolar.pdf	01/07/2019 17:29:13	Jully Ribeiro	Aceito
Outros	Curriculo_lattes.pdf	01/07/2019 17:27:33	Jully Ribeiro	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso.pdf	01/07/2019 17:19:51	Jully Ribeiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 04 de Outubro de 2019

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (81)2126-8588
CEP: 50.740-600
E-mail: cepccs@ufpe.br

APÊNDICE B - NOTAS DA PESQUISADORA

Registro das visitas de campo

VISITA 01: Casa Lar SEMAS

DATA: 03 de março de 2020

HORÁRIO: 11 hrs

DURAÇÃO DA VISITA: 1 hr

OBJETIVO DA VISITA: Reconhecimento do espaço e dos menores

ANOTAÇÕES: A visita foi realizada intencionalmente no horário do almoço, o qual foi servido às 11:30, a fim de fazer o reconhecimento do espaço, dos profissionais que trabalham no abrigo e das relações que ocorrem entre os usuários. Estavam presentes três integrantes da equipe técnica: psicóloga, pedagoga e assistente social, as quais me deixaram bem à vontade no espaço, além delas haviam dois funcionários terceirizados, onde um estava fazendo a limpeza do local e a outra cozinhando e duas educadoras, sendo que uma delas dorme no local (plantão de 24 hrs) e a outra fica em horário comercial de segunda a sexta. No momento a instituição está com oito crianças em sistema de acolhimento, sendo cinco meninos e três meninas, com idade entre oito e 17 anos, porém nem todas se encontravam presentes, pois algumas estavam na escola.

No primeiro momento almoçaram 4 meninos, os quais frequentam a escola pelo período da tarde, além deles uma das educadoras almoçou com eles. Enquanto aguardavam o almoço os dois mais velhos ficaram assistindo tv bem quietos e os dois mais novos circulavam pela cozinha e sala com algumas brincadeiras e puxando assunto. Logo após uma das meninas chegou da escola, foi se trocar e voltou para almoçar, ela estava comendo sozinha, até que uma das educadoras me convidou para almoçar e eu aceitei, a comida estava bem farta e saborosa. A menina me informou que não praticava mais esportes no horário da tarde na escola, pois não havia transporte para leva-la. O horário da refeição foi bastante calmo e silencioso e os menores vão se servindo a medida que retornam de suas atividades.

VISITA 02: Casa Lar SEMAS

DATA: 04 de março de 2020

HORÁRIO: 17:55 hrs

DURAÇÃO DA VISITA: 1 hr e 5 min

OBJETIVO DA VISITA: Observação

ANOTAÇÕES: A segunda visita foi bem mais proveitosa, pois consegui encontrar com todos os menores. Ao chegar à Casa Lar os 6 menores que estavam na casa, junto a educadora plantonista estavam na porta “olhando o movimento” e procurando um anel que o menino mais novo (8 anos) havia perdido. Eles relataram que sempre ficam do “lado de fora” ao entardecer, aguardando os dois maiores (um menino e uma menina) chegarem do trabalho, ambos trabalham como menor aprendiz. Logo em seguida eles chegaram e a educadora entrou para esquentar o jantar, duas das meninas foram para o quarto e ficaram conversando, os dois meninos menores, que são irmãos ficaram circulando entre a cozinha e a sala com carrinhos de brinquedo.

Na hora do jantar o clima foi agradável, me convidaram para jantar e interagiram bem comigo, falaram de namoro, de celular... a menina mais velha estava cansada do trabalho, a mesma estava comendo com os pés em cima da cadeira e foi advertida pela educadora. Em outro momento perguntei a ela sobre sua idade, ela me disse que “infelizmente” tinha 16 anos, perguntei o porquê, ela disse que quer ser de maior logo, para “ser livre”. Diferente do almoço no dia anterior o jantar foi bem mais movimentado, barulhento. Um dos meninos passou um bom tempo orando antes da refeição, agradecendo e os dois menores ficaram “zombando” dele e o imitando. Logo em seguida a educadora se juntou a eles na mesa para fazer sua refeição e ficaram discutindo sobre quem lavaria a louça, mas nenhum deles estava se disponibilizando, até que o menino mais velho se ofereceu. Me despedi e uma das meninas, a mais carinhosa, me levou até a saída.

VISITA 03: Casa Lar SEMAS

DATA: 05 de março de 2020

HORÁRIO: 18 hrs

DURAÇÃO DA VISITA: 2 hrs e 20 min

OBJETIVO DA VISITA: Observação

ANOTAÇÕES: Diferentemente do dia anterior ao chegar na instituição os menores estavam na parte interna, os dois mais novos estavam extremamente agitados, brincando de rodar o carrinho com um fio na área externa da casa, enquanto a educadora plantonista e uma das meninas mais velhas tentavam convencê-los de tomar banho, os dois, que são irmãos, brigaram entre eles e só um foi tomar banho, o outro ficou correndo e se jogando no chão, só após muita insistência ele resolveu tomar banho. Os demais estavam na sala assistindo tv e conversando entre si.

O jantar saiu um pouco mais tarde do que no dia anterior, me convidaram para jantar e eu fui, a comida estava bastante saborosa e a quantidade não estava tão farta quanto no dia anterior, porém era suficiente. Em seguida a educadora sentou-se à mesa conosco, a mesma era bem mais flexível do que a que estava no dia anterior, não se importava se os meninos estavam sentados a mesa, nem foi tão rígida com a hora do jantar. Algumas das crianças maiores ficaram na cozinha preparando ovo para complementar a refeição.

Após o jantar os menores me convidaram para passear na praia com eles, aceitei e pediram para eu baixar algumas músicas para conectarmos a caixinha de som deles, fui para o cantinho da casa para utilizar o wi-fi da pizzaria ao lado, conforme eles mandaram e baixei “brega funk”, como eles pediram. Fomos andando até a praia, que fica cerca de 300 m da instituição e lá sentamos no banquinho conectamos o celular a caixinha de som e 4 dos menores ficaram dançando, mas todos estavam se divertindo bastante. Até que a menina mais velhas, a qual tem algum tipo de doença mental, começou a chorar porque estavam rindo dela dançando, mas logo em seguida tudo se normalizou e voltaram a dançar. Eles relataram que costumam ir a praia quase toda noite, principalmente nos finais de semana, quando tomam banho de mar. Em seguida chegou um homem de moto e todos os menores correram, segundo eles, era o educador físico que ia lá fazer atividades com eles, porém

ele nunca avisava o dia e que ia. As crianças e adolescentes ficaram com ele fazendo atividade na areia.

VISITA 04: Casa Lar SEMAS

DATA: 07 de março de 2020

HORÁRIO: 9 hrs

DURAÇÃO DA VISITA: 2 hrs e 30 min

OBJETIVO DA VISITA: Aplicação da metodologia

ANOTAÇÕES: Fui ao abrigo, acompanhada do meu noivo Rodolfo com o intuito de que ele me auxilia-se na aplicação da metodologia. Chegamos ao local próximo das 9 hrs, pois era dia de sábado e a educadora havia nos informado que aos sábados eles acordam um pouco mais tarde do que o habitual. Ao chegarmos lá eles ainda estavam dormindo, aguardamos um pouco para que a educadora os acordassem e comessem para começarmos a aplicação da metodologia. Eles foram se organizando aos poucos e enquanto todos ficavam prontos alguns pediram que conectássemos nossos celulares na caixinha de som, pois eles estão de castigo sem celular. A psicóloga da instituição chegou ao local para observar a aplicação da atividade.

Quando todos se organizaram chamei para que sentassem a mesa e distribui folhas de papel em branco e lápis colorido, hidrocor e dei a seguinte diretriz: “Desenhe sua casa”, me perguntaram qual casa... E reafirmei que a casa deles. Os dois menores começaram a fazer vários desenhos aleatórios, dois dos maiores se recusaram a participar da atividade, até que uma cedeu e disse que iria participar, só não iria explicar seu desenho, os demais participaram sem relutar. Durante a produção do desenho eles demoraram um pouco para se concentrar, porém depois de um tempo os mais velhos se concentraram e se dedicaram a atividade, até mais do que imaginei, desenharam com bastante atenção. Porém com os menores foi bem difícil controlar para que eles desenhassem a casa deles.

Após o desenho pedi que eles explicassem o que desenharam, um dos menores não chegou a desenhar uma casa, o outro desenhou várias casas, porém não soube explicar, já os maiores explicaram os desenhos. Dos 5 adolescente que desenharam a casa duas desenharam sua antiga casa, a qual relataram problemas com relação a infraestrutura, porém falaram delas com bastante afeto e os três demais desenharam a casa do futuro e o que eles gostariam. O mais velho de todos relatou que desenhou a casa própria, pois

faz 16 anos que ele vive em abrigo e ele não quer essa vida, o segundo desenhou uma casa com piscina, que é algo que ele sonha e a terceira desenhou ela e seu namorado na casa, pois ela quer casar assim que fizer 18 anos, ao sair do abrigo.

Em seguida eles nos chamaram para brincar e ficamos mais um pouco na instituição, eles foram bastante carinhosos conosco e ao irmos embora ficaram perguntando se voltaríamos.

VISITA 01: Aldeias Infantis SOS Brasil

DATA: 11 de agosto de 2020

HORÁRIO: 11 hrs

DURAÇÃO DA VISITA: 2 hrs

OBJETIVO DA VISITA: Reconhecimento do espaço

ANOTAÇÕES: Devido ao contingenciamento decorrente da pandemia do COVID-19 essa visita ficou impossibilitada por alguns meses. Após muita insistência da minha parte consegui ir até o local para conhecer o espaço físico, porém sem nenhum contato com as crianças e adolescentes.

Ao chegar ao local fui recebida pelo coordenador da Instituição, o qual me deu acesso as plantas baixas do local. Em seguida a psicóloga me acompanhou para um reconhecimento do espaço.

A instituição é bem ampla, organizada e possui uma grande área livre, além de possuir salas destinadas a cursos voltados para toda comunidade.

A maior parte das casas está desocupada, de modo que apenas duas unidades estão sendo utilizadas, porém no momento apenas as mães sociais possuem contato com os menores acolhidos.